



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Bacharelado em Ciências Sociais

TÁSSIA CRISTINA PALMA SAMPAIO NASCIMENTO

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE DOCENTES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: o que os
estudos têm dito?

Salvador /Bahia

2023

TÁSSIA CRISTINA PALMA SAMPAIO NASCIMENTO

A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE DOCENTES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: o que os estudos têm analisado?

Monografia apresentada ao colegiado de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de diploma de bacharelado em Sociologia. Orientador: Jair Batista da Silva

Salvador/Bahia

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Deus que me iluminou até a conclusão deste trabalho, agradeço à UFBA pela oportunidade deste curso, ao orientador Jair Batista pelas orientações imprescindíveis para condução e conclusão deste trabalho, aos meus filhos pelo apoio, aos professores do curso de ciências sociais pelo conhecimento fornecido durante o curso, aos membros da banca pela presença na defesa e às docentes negras das diversas instituições de ensino superior do Brasil que me inspiraram no tema da pesquisa e na minha trajetória acadêmica. Consciente de que não cheguei até sozinha, só posso ter esse sentimento de gratidão por todas as pessoas que contribuíram com esta pesquisa e sua respectiva conclusão.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender de que forma os estudos acadêmicos abordam a trajetória de docentes negras nas universidades, identificando os principais aspectos analisados e as conclusões a que chegaram. Para tanto, utiliza-se uma revisão de literatura composta por artigos, dissertações e teses relacionadas ao tema, publicadas entre 2012 e 2023. A análise incide sobre palavras-chave, resumos, aportes teóricos e principais resultados. As conclusões evidenciam uma ênfase recorrente na influência do racismo e do sexismo nas trajetórias de docentes negras nas instituições analisadas. Além disso, os estudos identificam estratégias adotadas pelas docentes para enfrentar os desafios vivenciados. As lacunas apresentadas nos estudos referem-se, principalmente, à dificuldade de acesso a dados sobre a presença de docentes negras nos espaços institucionais. Além disso, as pesquisas apresentam limitações quanto à análise das implicações de gênero, especialmente no que se refere aos papéis sociais atribuídos às mulheres e sua influência na trajetória dessas docentes.

PALAVRAS – CHAVES

docente; negra; racismo; sexismo; universidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

METODOLOGIA

CAPÍTULO 1 – NA CORDA BAMBA: MULHERES NEGRAS NA UNIVERSIDADE

CAPÍTULO 2 – O QUE AS PESQUISAS DIZEM SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE DOCENTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

A presença de docentes negros em instituições de ensino superior remonta ao século XIX na USP (Universidade de São Paulo) e na UFBA (Universidade Federal da Bahia) entre estes docentes temos: na UFBA, Francisco Vieira (1833), Malaquias Santos (1841), Salustiano Souto (1845), Luis Santos (1861), José Melo (1873), Luis Fonseca (1882), Domingos Mello (1893), Juliano Moreira (1896) Maria Teixeira (1914) e em São Paulo, na USP, o primeiro professor negro desta instituição foi José Rubino de Oliveira, que somente depois de nove concursos, conseguiu em 1879 se tornar professor desta instituição.

Apesar disso, as primeiras pesquisas sobre o corpo docente e sua diversidade racial e de gênero são do início do século XXI. Silva (2019), por exemplo, realizou um mapeamento das pesquisas sobre o tema, abrangendo todas as regiões brasileiras. Na Região Norte e no Centro-Oeste, foram identificadas investigações realizadas nos anos 2000 sobre docentes negros do Pará e do Mato Grosso, conduzidas por Wilma Coelho e Tereza Santos. No Sul e Sudeste, destacam-se os estudos de Carvalho (2005–2006), Silva (2015) e Cruz (2009), que mapearam a composição racial do corpo docente nas principais universidades da região.

No Nordeste, há pesquisas sobre docentes negros no Ceará (Maria Holanda, 2009) e na Bahia (Ângela Brito, 2016–2017)¹ (SILVA, 2019).

Essas pesquisas têm abordado aspectos como a composição racial e de gênero do corpo docente, a trajetória educacional de professores negros, os significados atribuídos à docência por esses sujeitos, e o papel da educação em seus processos de ascensão profissional. Também analisam a influência da família na elaboração de estratégias de enfrentamento ao racismo, a mudança de status no contexto familiar — com os docentes tornando-se referências —, e suas vivências no ensino superior.

Além disso, os estudos destacam as experiências desses docentes com os estudantes, especialmente após a implementação das ações afirmativas, e refletem sobre a presença da mulher negra na docência. A trajetória desses professores é descrita como marcada pela ascensão social, frequentemente impulsionada pela geração anterior. Isso ocorre porque, embora os pais desses docentes tenham, em geral, concluído apenas etapas iniciais da escolarização, exerceram profissões que, sobretudo a partir da década de 1970, possibilitaram que seus filhos se dedicassem aos estudos e ascendessem por meio da educação.

¹ Referências listadas em: SILVA, EDILENE S. S. Racismo e docência em Universidades públicas: o caso da Universidade Federal da Bahia / Edilene Santana dos Santos Silva. – Salvador, 2019. 194 f.: il. Páginas: 177 à 186.

A crença dessas famílias de que a educação era uma via de ascensão social, levou a uma valorização e incentivo aos estudos, ainda que apenas ao nível do discurso. “Algumas dessas famílias construíram junto com seus filhos e filhas e futuros docentes estratégias de enfrentamentos às desigualdades, enquanto outros docentes construíram sua trajetória de maneira autônoma” (ARBOLEYA *et al.*, 2015; COELHO, 2003; RIBEIRO, 2001; SILVA, 2015, SILVA, 2012 apud SILVA, 2019).

É importante notar que alguns docentes iniciaram trajetória escolar, em instituições privadas e de qualidade, mas a desarticulação familiar, fez com que houvesse a necessidade de mudança de tipo de instituição frequentada por estes docentes na sua juventude. Muitos docentes caracterizam sua trajetória a partir do mérito individual, destacando-as como fruto do esforço pessoal, no sentido de adquirir conhecimento, através de esforços e mérito próprios, mas outros reconhecem que seu sucesso educacional, faz parte de uma rede de esforço familiar e coletivo, que os permitiu alcançar sucesso acadêmico. (ARBOLEYA *et al.*, 2015; ARBOLEYA; MEUCCI, 2015; RIBEIRO, 2001; SILVA, 2015; GOMES, 2004 apud SILVA, 2019).

A influência do racismo nas trajetórias de docentes negros é sentida desde os primeiros contatos com a educação básica, manifestando-se, por exemplo, na negação do acesso a instituições de ensino de qualidade e na ausência de uma tradição familiar de valorização dos estudos. O que Silva (2019) denominou de “trajetória solitária” e “contestação da capacidade intelectual” foi uma realidade comum para muitos desses docentes em sua jornada de ascensão social por meio da educação.

Outro desafio recorrente foi a falta de condições financeiras, que levou diversos professores a conciliarem trabalho e estudo ao longo da vida acadêmica, a fim de garantir seu próprio sustento e, em muitos casos, o da própria família (ARBOLEYA *et al.*, 2015; BRITO, Y., 2017; COELHO, 2003; RIBEIRO, 2001; SILVA, 2015 apud SILVA, 2019).

Ao refletir sobre os efeitos do racismo e do sexismo nas trajetórias docentes, Silva (2019) destaca que, no contexto familiar, especialmente diante de limitações econômicas, as mulheres negras muitas vezes são preteridas nos investimentos educacionais, em razão do papel social tradicionalmente a elas atribuído — o cuidado e o trabalho doméstico. Como consequência, suas famílias tendem a priorizar os filhos homens.

Além disso, a maioria das mulheres negras no ensino superior e na pós-graduação enfrenta uma dupla ou tripla jornada: acadêmica, profissional e doméstica. Essa realidade contribui para que sejam minoria entre as doutoras no Brasil. A rede de apoio familiar, elemento essencial para a superação desse cenário, é, em muitos casos, inexistente ou insuficiente.

O ambiente acadêmico se caracteriza por ser desigual, do ponto de vista do gênero, neste sentido, à medida que aumenta os níveis de formação aumenta-se também a desigualdade de gênero. Nas áreas acadêmicas mais valorizadas socialmente, a presença da mulher e principalmente da mulher negra é quase nula, ou se dá de forma subalternizada, à medida que o prestígio da área aumenta ou diminui. (BARRETO, 2016; SILVA, 2013 apud SILVA, 2019 .p.76).

Analisando a situação da mulher negra no contexto educacional podemos recorrer a umas das

fontes atuais de informações em relação à situação da população negra no Brasil hoje, que é Instituto Geledés, uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Em 2022 foi lançado um boletim sobre a Desigualdade de gênero e raça na educação brasileira. Segundo o documento publicado no site do Instituto, ao longo do século XX, o movimento negro e as organizações de mulheres negras tiveram ações contundentes na tentativa de dirimir os prejuízos causados pelas desigualdades educacionais e garantir acesso, permanência e qualidade nos espaços oficiais de escolarização², pois acreditava-se que na educação há um caminho potencial para a transformação social.

A questão central quando se discute a situação da população negra na educação não é tanto o acesso aos anos iniciais de ensino fundamental, visto que a taxa de inserção de crianças de 6 a 10 anos é muito próxima entre brancos e negros, sendo 96,5% para as crianças brancas e 95,8% para as negras, mas sim quando se fala em frequência e permanência que é o grande gargalo que vai se formando à medida que se avança o nível educacional. Segundo dados da ONG Todos pela Educação “o percentual de jovens pretos e pardos matriculados no ensino médio em 2022 é o mesmo de brancos dez anos antes - ou seja, existe uma década de atraso entre eles. Entre os jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio, a distância é ainda maior”³. Esse levantamento da Ong Todos pela Educação foi feito com base em dados de 2012 a 2022 do IBGE. Apenas 7 em cada 10 adolescentes pretos ou pardos com idade entre 15 e 17 anos frequentam ou já concluíram o ensino médio no país⁴.

O boletim também apresenta as informações dos Indicadores sociais das mulheres no Brasil⁵, que, com base na Pesquisa por Amostras de Domicílios (PNAD) 2019, mostra o crescimento da escolarização entre as mulheres. Mais de 51% delas passaram a ter, ao menos, o Ensino Médio completo, entre os homens esse percentual foi de 46,3%. Comparando as taxas de conclusão no Ensino Médio apresentadas na PNAD Contínua 2018, é possível verificar que as mulheres brancas apresentam os melhores números para esse indicador com 81% de taxa de conclusão nesse nível de

² Boletim Seta 01 – Desigualdade de gênero e raça na educação brasileira. Disponível em: https://www.geledes.org.br/boletim-seta-01-desigualdade-de-genero-e-raca-na-educacao-brasileira/?utm_source=pushnews&utm_medium=pushnotification. Acesso em 22/06/2024.

³ Jovens negros estão dez anos atrás dos estudantes brancos no ensino médio, diz IBGE. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/30/jovens-negros-estao-dez-anos-atras-dos-estudantes-brancos-no-ensino-medio-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 09/03/2024.

⁴ Acesso de jovens negros ao ensino médio tem dez anos de atraso em relação ao de brancos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/06/acesso-de-jovens-negros-ao-ensino-medio-tem-dez-anos-de-atraso-em-relacao-ao-de-brancos.shtml>. Acesso em 09/03/2024

⁵ Documento do IBGE com dados sobre a realidade das mulheres no Brasil: Brasil. Ministério das Mulheres Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres Abril, 2024, 468 pg. Acesso 08/01/2025.

ensino, já entre as mulheres negras a taxa de conclusão foi de 67,6%.

Ao analisar os índices de 2022, a taxa de conclusão no ensino médio para mulheres pretas e pardas foi de 72% e para homens pretos e pardos 64%. Comparando com os índices de pessoas brancas tem-se 83% para mulheres e 77% para homem⁶. Ainda que as diferenças permaneçam de forma significativa com desvantagens para as mulheres negras, o aumento na conclusão do Ensino Médio entre essa população em conjunto com as ações afirmativas no Ensino Superior, pela Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.711, 2012⁷), é responsável pelo aumento da presença de mulheres negras nas universidades nos últimos anos. De 2014 a 2022 o número de mulheres negras ingressando no nível superior subiu de 214 mil para 621 mil, segundo o mesmo boletim.

O aumento no ingresso das mulheres negras na universidade é verificável, mas não se deve perder de vista que elas ainda não acessam de forma ampliada as carreiras identificadas como as que garantem maior prestígio social, status, acesso a espaços de poder e decisão ou elevado retorno financeiro. E seguem majoritariamente em carreiras ligadas às humanas⁸, como, por exemplo, sociologia, filosofia, geografia, artes, etc. e também carreiras relacionadas aos cuidados como, por exemplo, enfermagem e assistência social, etc. Para Sotero (2013) ao considerar as transformações no acesso ao ensino superior brasileiro, identifica-se que a participação de mulheres negras no ingresso ao ensino superior tem crescido, porém, essa ampliação está ligada às universidades privadas em sua maioria e em cursos de menor prestígio social. Barreto (2015) ao analisar a inserção de estudantes negros nas IFES, (considerando a criação, em 2004, da política de ação afirmativa voltada ao acesso de estudantes de graduação) concluiu que quando se trata da distribuição dos estudantes entre os diferentes cursos de graduação, nota-se, no caso da UFBA similaridades entre a situação das mulheres e a dos negros, também sub-representados em determinados cursos superiores, principalmente naqueles considerados de maior prestígio social.

No entanto, nos cursos de alto prestígio, o número de homens ultrapassa o de mulheres, ou seja, quando se trata de carreiras acadêmicas, em especial em instituições de ensino superior pública, os homens são maioria nos cursos considerados de maior prestígio e mais tradicionais, independente da área do conhecimento, enquanto as mulheres estão mais concentradas nos cursos associados ao cuidar, de menor prestígio e menos tradicionais. No entanto, a participação feminina também pode

⁶ Fonte: Indicadores sociais das mulheres no Brasil - 3ª edição. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em 13/03/2024.

⁷ A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

⁸ Fonte: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/Boletim-12-Democratizacao-do-Ensino-Superior.docx.pdf>. Data de acesso: 13/03/2024.

ser verificada a partir desse estudo em cursos da área de ciências exatas que, no passado, eram redutos exclusivamente masculinos.

Barreto (2015) mostra que a literatura sobre gênero e ciência apresenta fartas evidências de que, apesar dos melhores indicadores educacionais no ensino superior, as mulheres estão em desvantagem na carreira acadêmica e no campo científico, estando ausentes ou menos representadas nas posições de maior prestígio.

De acordo com o Censo Escolar, o total de mulheres negras que entraram em uma universidade, 16% ingressaram em instituições públicas e 84% em instituições privadas⁹.

É consenso em várias análises sobre educação e desigualdade de gênero que as escolhas de cursos e carreiras nas áreas de cuidado e bem-estar e não em áreas de tecnologias ou das consideradas ciências duras também é resultado de fatores como a ausência de representação dessas atividades no cotidiano das meninas e mulheres negras, do reforço cultural nos ambientes domésticos, escolar, de trabalho e religiosos do estereótipo de que mulher tem ‘natureza’ para o cuidado (BOLETIM SETA 01, 2022).

O boletim Seta também informa que o debate sobre a relevância da presença das mulheres nas ciências ganhou mais destaque em 2015, quando a ONU estabeleceu 11 de fevereiro como o Dia Internacional das mulheres e meninas nas ciências para destacar e promover a importância da participação mais igualitária das mulheres nessa área. Ele traz que, de acordo com a UNESCO, em 2020 apenas 28% do total de cientistas no mundo eram mulheres, sendo que no Brasil as mulheres chegaram a 40,3% desses espaços. Embora a participação das mulheres nas ciências apresente crescimento, essa taxa não é equânime quando observamos os dados disponíveis sobre a presença das mulheres negras nas ciências, segundo levantamento feito pela organização Gênero e Número, organização que produz conhecimento sobre a participação de mulheres na ciência e sobre as docentes no Ensino Superior. O “Open Box da Ciência” é uma cartografia que revela rostos e pesquisas de mulheres cientistas. Para esse universo de 250 mulheres que fazem parte desta cartografia, a Gênero e Número¹⁰ realizou levantamento de dados e análise das informações contidas na base compilada por uma equipe própria a partir da plataforma Lattes¹¹. Diante disso o perfil das pesquisadoras docentes brasileiras é majoritariamente branco e acima dos 40 anos; as pesquisadoras negras compõem apenas 15% do universo analisado, uma evidência de sub-representação, portanto.

⁹ Fonte: <https://www.geledes.org.br/boletim-seta-01-desigualdade-de-genero-e-raca-na-educacao-brasileira/>. Acesso 14/04/2024.

¹⁰ A Gênero e Número é uma associação que produz e distribui jornalismo e informação orientados por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. A partir de linguagem gráfica, conteúdo audiovisual, pesquisas, relatórios e reportagens. Fonte: <https://www.geronumero.media/>. Acesso 13/3/2024.

¹¹ A Gênero e Número, a partir de um trabalho extenso e uma base de dados robusta prioriza a produção científica das cientistas que se destacaram, considerando principalmente entre outros aspectos, a quantidade de artigos publicados e premiações.

De acordo os indicadores referentes à situação das mulheres negras ingressadas em carreiras acadêmicas*¹², até o ano de 2005, num total de 63.234 docentes na educação universitária, apenas 251 eram negras. Das 249 doutoras negras encontradas, 43 são pós-doutoras, e apenas uma possui livre-docência e pós-doutorado¹³. Esse número pode estar relacionado ao fato de que o desempenho individual não constitui a principal chave responsável por permitir a ascensão na carreira (SILVA, 2010).

Ao analisar os índices de inserção de negros e brancos na educação desde o nível fundamental ao médio, Joselina da Silva (2010) infere que o quadro de marginalização econômica a que tem sido exposta a população negra no Brasil não está dissociado dos aspectos puramente sociais e se relaciona a um importante referencial de discriminação pautado na raça, presente na sociedade e refletido notadamente nas esferas do trabalho e da educação. No início da década passada (1990), as mulheres negras (pretas e pardas) com ensino superior (acima de 12 anos de estudo) ainda estavam abaixo da metade das mulheres brancas, com a mesma formação. Com este mesmo número de anos de estudo, as mulheres negras se fazem presentes em maior número que os homens do seu mesmo grupo racial (SILVA, 2010).

Quanto à academia, Xavier (2019)¹⁴ afirma que existe um preconceito contra mulheres que é estrutural, mas que é possível avançar, já que ela tem testemunhado isso. “O intelectual nem sempre é um homem branco de meia-idade. Houve mudanças indiscutíveis”. Segundo Xavier (2019) das 250 estudantes de pós-graduação bolsistas, apenas oito eram negras, comentou. “Somos a minoria em um monte de lugar, na academia, no Supremo Tribunal, mas isso não pode nos paralisar. Temos de seguir em frente”, afirma. As pesquisas analisadas apontam que os resultados sociais obtidos mediante o ingresso nos vários níveis de estudos não serão os mesmos quando consideramos a raça e o sexo dos grupos analisados. O investimento em educação tem resultados diferenciados para as mulheres quando a racialidade é um fator de influência (SILVA, 2010).

De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2018, apenas 10,4% das mulheres negras com idade entre 25 e 44 anos haviam concluído o ensino superior. Outro levantamento, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

¹² *Os dados foram coletados a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Data de acesso?

¹³ A categoria adotada em sua pesquisa foi a negra/o definido pelo SINAES que difere do que foi estabelecido, por exemplo, pelo IBGE que inclui dentro da categoria negra/o as (os) pretas (os) e pardas(os). No caso da pesquisa analisada a categoria negro foi colocada como semelhante à preta/o.

¹⁴ “É possível substituir mulheres negras como objetos de estudos por mulheres negras contando suas histórias”, afirma professora da UFRJ. A declaração da historiadora Giovana Xavier foi feita durante conferência na 71ª Reunião Anual da SBPC, que está sendo realizada na UFMS até sábado. Disponível em <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/e-possivel-substituir-mulheres-negras-como-objetos-de-estudos-por-mulheres-negras-contando-suas-historias-afirma-professora-da-ufrj/24/07/2019>. Acesso 08/01/2025.

Educacionais Anísio Teixeira (Inep), indica que o percentual de mulheres negras (pretas e pardas) que atuam como professoras doutoras em programas de pós-graduação é inferior a 3%.

Além disso, dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de 2015, revelam que apenas 7% das bolsas de produtividade em pesquisa (PQ) foram destinadas a mulheres negras naquele ano.

Como destaca Pinheiro (2019), “a marginalidade supracitada no ambiente científico não está relacionada à baixa capacidade intelectual de mulheres negras, nem tampouco a uma ausência de propensão genética de mulheres negras à produção epistêmica, mas sim a um processo social de produção e reprodução de padrões de subalternidade, cognitiva e materialmente impostos às mulheres negras” (PINHEIRO, 2019).¹⁵

Espaços públicos e institucionais não estão imunes à lógica de diferenciação e desigualdades entre os indivíduos. Trata-se de ambientes onde a hierarquização e o distanciamento na espacialização passam a ser vistos de forma banalizada e natural. Como, por exemplo, a ideia compartilhada de que o lugar de mulheres negras seja o de serviços subalternizados. Portanto, sendo-lhes negado o direito de assumir outras ocupações no espaço público” (JOSELINA SILVA; MARIA EUCLIDES, 2018).

As professoras negras apesar de terem o diploma não estão isentas de passar por situações de discriminação e preconceito semelhantes as mulheres negras inseridas em posições subalternas. Mas a presença de mulheres negras na universidade pode vir a questionar o lugar social atribuído a essa população e pode também estimular outras jovens a quererem ocupar esses espaços além de haver a possibilidade de se pautar dentro da universidade e na sociedade o tema das relações étnico raciais (JOSELINA SILVA; MARIA EUCLIDES, 2018).

Cláudia Fernandes (2021), em sua pesquisa sobre as desigualdades raciais e de gênero na educação superior no Brasil, afirma que, com exceção da região Sul¹⁶, em quase todas as demais regiões do país, as mulheres negras apresentam maior sub-representação no corpo docente do ensino superior, quando comparadas aos demais grupos. Em seguida, aparecem as mulheres, de forma geral, com os menores índices de presença, em comparação aos homens.

¹⁵Bárbara Carine Soares Pinheiro. AS MULHERES NEGRAS E A CIÊNCIA NO BRASIL: “E EU, NÃO SOU UMA CIENTISTA?” 8 DE FEVEREIRO DE 2019. Disponível em <http://www.comciencia.br/as-mulheres-negras-e-ciencia-no-brasil-e-eu-nao-sou-uma-cientista/#more-3706>. Acesso em 07/10/2019.

¹⁶Na região Sul, que tem proporcionalmente mais professores universitários que sua participação na população do país, a sub-representação de professores e professoras negras existe, mas é bem menor que nas demais regiões. São possíveis duas interpretações para tanto: uma pequena proporção de pessoas negras na população e entre os diplomados – o que faz sentido, já que a região é a que tem maior proporção de pessoas brancas na sua população no país; ou uma maior proporção (relativa) de professores e professoras negras que conseguem ingressar na carreira universitária dentro desse universo (FERNANDES, 2021, p.204).

Segundo a autora, as docentes negras “ainda estão distantes de uma representatividade significativa entre professoras e professores mais escolarizados no Brasil, sobretudo no Sudeste, em pelo menos dez anos” (FERNANDES, 2021, p. 205).

Ao analisar os índices de concentração de mulheres no ensino superior em 2019, Fernandes observou que as jovens negras graduandas já estão bem representadas — ou até sobrerrepresentadas — entre as estudantes. No entanto, no que se refere ao corpo docente, os dados continuam negativos. As professoras universitárias negras seguem sub-representadas entre as docentes mais qualificadas e concentram-se, em sua maioria, na educação básica. Isso evidencia que a universidade ainda é um espaço altamente seletivo no que se refere ao acesso à docência.

Outro fator apontado por Fernandes (2021) para esse dado de sub-representação é que as mulheres, em seu conjunto, ficam mais de fora da pós-graduação, ainda mais que os estudantes que conciliam pós e trabalho, o que segundo ela explica, em parte, uma maior sub-representação delas na docência universitária, carreira que tem exigido doutorado para ingresso. “A tripla jornada (trabalho reprodutivo, ocupação no mercado de trabalho e estudo) pode ser uma das explicações plausíveis para esse teto de vidro que limita a ascensão das mulheres à docência acadêmica” (FERNANDES, 2021, p.206). A sub-representação cresce também ao comparar as que conseguem concluir a pós-graduação, e o total de pessoas com graduação concluída, a conclusão é um funil ainda maior (FERNANDES, 2021).

E possível concluir que, além dos mecanismos próprios de seletividade no ingresso na carreira docente, como a baixa implementação de ações afirmativas de reserva de vagas na carreira pública docente, prevista na Lei no 12.440/2014, ou possíveis fatores subjetivos nos processos seletivos entre pares na academia, que merecem estudos mais aprofundados que não serão objeto desta tese, a sub-representação de jovens negros, mulheres e mulheres negras é construída como um processo de “desvantagens cumulativas”, verticalmente acentuadas no sistema de educação superior brasileiro. (FERNANDES, 2021. pág 206)

A partir dos estudos analisados, é possível inferir como o racismo e o sexismo atuam nas trajetórias de mulheres negras, limitando seu acesso à docência no ensino superior. Essas limitações ocorrem, por vezes, de forma direta, por meio dos processos seletivos, ou de maneira indireta, ao longo do percurso educacional, desde a formação básica no ensino médio, passando pelo ingresso e conclusão do ensino superior, até a pós-graduação.

Os fatores que mais pesam nessas trajetórias femininas — especialmente no caso das mulheres negras trabalhadoras — são o lugar social que lhes é atribuído, associado ao cuidado e ao trabalho doméstico; a rede de apoio limitada ou ausente; e a dificuldade de se dedicar exclusivamente às etapas de formação.

Esses elementos contribuem para a baixa presença de docentes negras no ensino superior brasileiro. Por isso, analisar a trajetória de mulheres negras docentes torna-se essencial para compreender os mecanismos que sustentam esse cenário. Considerando que o contexto social

brasileiro impõe limites à atuação dessas mulheres em espaços educacionais e profissionais marcados por práticas racistas e sexistas, torna-se ainda mais necessário examinar o ambiente acadêmico, dado seu papel central na produção de conhecimento — inclusive sobre essa mesma população

O lugar social naturalizado para as mulheres negras é o do serviço, do cuidado, não se restringindo somente ao âmbito do trabalho, mas também nas relações sociais familiares que levam a acessos e oportunidades diferenciadas entre as mulheres (GONZALEZ, 2020). Os processos sociais racializados destinam às mulheres negras atribuições de serviço, a divisão sociosexual e racial estrutura as esferas produtivas e reprodutivas sendo determinante, em certa medida, para a situação desigual das mulheres negras, que estão inseridas em sua maioria no mercado de trabalho em posições precarizadas e mal remuneradas, sendo reservadas aos homens as melhores posições (MAZZEI; PASSOS, 2020).

Aos analisar a situação das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro na última década a partir dos microdados da PNADC/IBGE, Janaina Feijó (2022) pontua que elas tendem a participar menos do mercado de trabalho, com uma taxa inferior à das mulheres brancas, que já considerada baixa. Além disso, a taxa de desemprego e de informalidade também são mais altas entre as mulheres negras do que para os demais grupos. Cerca de 22% das mulheres negras na força de trabalho estavam desempregadas no 1º trimestre de 2021 – mais que o dobro da registrada entre os homens brancos/amarelos (10,0%) e muito distante da reportada pelas mulheres brancas/amarelas e homens negros (13,8%). No 1º trimestre de 2022 a taxa de desemprego entre as mulheres negras apresentou uma forte queda em relação ao 1º trimestre de 2021, mas permaneceu na casa dos dois dígitos (16,3%) e distante dos demais grupos demográficos. Os 16,3% representam mais de 4,1 milhões de mulheres negras desempregadas. A taxa de informalidade entre as mulheres negras ocupadas também tem sido elevada. No 1º trimestre de 2022, 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais, taxa superior à média nacional (40,1%), dos homens brancos/amarelos (34,8%) e das mulheres brancas e amarelas (32,7%). Por outro lado, ficou abaixo da taxa entre homens negros (46,6%) (FEIJÓ, 2022)¹⁷. A conclusão notável é que a condição racial vulnerabiliza ainda mais os trabalhadores negros.

Dentro desse contexto de inserção profissional de mulheres negras, Euclides (2017) identificou em sua pesquisa que há apenas 30% de doutoras negras atuando em universidades públicas e privadas, citando Nilma Lino Gomes (2003), ela afirma que as teorias racistas legitimam o racismo presente no imaginário social e na prática escolar privilegiando um grupo. A justificativa de

¹⁷ FEIJÓ, JANAINA. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso 13/03/2024.

oportunidades iguais e o discurso da meritocracia invisibiliza a menor presença de negras doutoras na universidade. A autora afirma também que as professoras com maior número de publicações são aquelas que são solteiras e não têm filhos ou tiveram filhos durante a carreira acadêmica. Com isso há a necessidade de se considerar além da raça, o elemento gênero ao se analisar a produtividade docente inclusive no que se refere à progressão de carreira docente porque esse fator não aparece (EUCLIDES, 2017). Em relação à experiência das mulheres negras, Collins (2016) defende que apesar de elas ocuparem lugares dentro de instituições universitárias, possuem uma posição diversa em relação a seus pares ao que ela denominou de “outsiders within” que são como “forasteiras de dentro” da organização. Ou seja, a universidade não é o lugar-comum designado socialmente à mulher negra.

Para Hill Collins (2016, p.100),

Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.

Após a implementação da Lei de Cotas Raciais, essa realidade tem se transformado de forma lenta e gradual, com o aumento da presença de discentes e docentes negros nas universidades brasileiras. No entanto, ainda são escassos os estudos que analisam como se articulam as relações e desigualdades raciais no corpo docente dessas instituições, assim como se o prestígio social, historicamente associado à docência no ensino superior, é de fato vivenciado por professores e professoras negros(as). Tal vivência pode ser um indicativo do reconhecimento desses sujeitos como cidadãos plenos, pelo menos nos espaços em que desenvolvem suas atividades profissionais (SILVA, 2019)

Essa pesquisa tem o objetivo de realizar uma revisão de literatura dos principais estudos que analisam a trajetória de docentes negras no espaço acadêmico de ensino superior e identificar quais os aspectos são considerados relevantes nos estudos sobre a experiência de docentes negras em universidades. Além disso, identificar como os estudos analisam a influência do racismo e do sexismo quando as mulheres negras integram o espaço acadêmico e mapear as lacunas deixadas pelos estudos analisados sobre o tema central da pesquisa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na técnica da revisão de literatura, com ênfase na realização de balanços bibliográficos. Segundo Barreto, Rios e Neves

(2021), esse tipo de revisão tem desempenhado um papel relevante no campo dos estudos das relações raciais, não apenas por sintetizar parte da produção científica de determinado período, mas também por sua capacidade de orientar as futuras investigações. Isso ocorre porque tais balanços ajudam a definir os temas considerados mais inovadores e pertinentes, ao refletirem um consenso — ainda que provisório — entre os(as) pesquisadores(as) acerca do que é relevante ou não no desenvolvimento do conhecimento científico¹⁸.

Revisar a literatura é atividade essencial no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos. A realização de uma revisão de literatura evita a duplicação de pesquisas ou, quando for de interesse, o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos. Permite ainda: observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram brechas na literatura trazendo real contribuição para um campo científico; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência. Não por acaso, artigos que apresentam revisões de literatura estão usualmente entre os mais procurados pelos leitores de publicações científicas (BAEK et al., 2018 apud GALVÃO; RICARTE, 2020).

Revisão de literatura é um termo genérico, que compreende todos os trabalhos publicados que oferecem um exame da literatura abrangendo assuntos específicos (GALVÃO; RICARTE, 2020). Foi adotada a revisão de literatura sistemática, pois é aquela que apresenta os critérios claros de inclusão e exclusão de materiais utilizados na busca, bem como busca apresentar as limitações dos materiais selecionados. Dentre as modalidades de revisão a que mais se aplica a esse estudo é o meta-síntese, pois ela tem o objetivo fazer uma síntese de estudos qualitativos sobre um tema para localizar temas, conceitos ou teorias-chave que forneçam novas ou mais poderosas explicações para o fenômeno sob análise (SIDDAWAY; WOOD; HEDGES, 2019 apud GALVÃO; RICARTE, 2020). O objetivo dessa pesquisa é analisar o que os estudos no campo das relações étnico-raciais têm analisado acerca da trajetória de docentes negras em universidades.

Inicialmente foi feita a pesquisa do termo “experiência de docentes negras em universidades federais” no Google acadêmico especificando o período de 2012 a 2023 de pesquisas apenas em português e resultou em 17.100 trabalhos. O termo foi escolhido por abranger palavras chaves como trajetória que tem relação com o tema desta pesquisa uma vez que este trabalho se propõe a analisar os estudos que tratam do trabalho docente de mulheres negras em instituições de ensino superior no Brasil. O período de 2012 a 2022 foi escolhido por representar o período de 10 anos que se seguiram após a implementação da Lei das cotas raciais na universidade (Lei 12.711, de 2012) que representou a abertura de oportunidades de inserção de pessoas negras no ensino superior e por conseguinte na carreira acadêmica. Foram analisadas as primeiras 10 páginas em que cada uma apresenta 10 títulos,

¹⁸Barreto, P. C. da S., Rios, F., Neves, P. S. da C., & Santos, D. B. R. (2021). A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (94). Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/191>. Data de acesso: onde está?

dos quais foram analisados apenas os títulos buscando identificar aqueles que continham as seguintes palavras-chave: docentes; negras; racismo; sexismo; mulheres; negras; ensino superior, universidade, instituições federais de ensino. Quando no título não apareceu uma das palavras chaves ou ficou evidente a relação da trajetória das mulheres negras com o racismo e o sexismo no nível superior, o resumo não foi analisado.

Foram selecionados somente estudos que incluem o ensino superior, já que é o âmbito analisado por esta pesquisa. Estudos no âmbito da educação básica contemplam outras complexidades que podem ou não coincidir e não seria possível analisar as semelhanças e diferenças dessas distintas realidades no escopo deste trabalho.

Esse estudo emprega o objetivo descritivo, pois utiliza a revisão de literatura como método de análise do tema central, numa abordagem qualitativa e analisa criticamente os dados utilizando o método dedutivo. (GALVAO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L., 2017). A revisão de literatura é relevante para que se possa compreender de que forma os estudos no campo das relações étnico-raciais estão interpretando a realidade vivida por um grupo que é sub-representado neste nível educacional e quais os aspectos têm sido vistos nas pesquisas analisadas como mais relevantes.

Após análise dos títulos, algumas pesquisas foram excluídas, pois elas tinham títulos que tratavam de outros temas como: narrativas de cotistas nas federais, experiência de crianças negras, formação da identidade de professores negros, análise dos movimentos sociais negros, das políticas afirmativas, análises sobre a formação de professores em diversos aspectos, e das experiências de docentes e professoras negras em âmbitos diversos: pós-graduação, educação básica e cursos livres. Apareceram também títulos que continham análises das experiências de docentes negros sem expressar diretamente a questão de gênero, o que sugerem a não diferenciação das experiências de homens e mulheres.

Dentre os escolhidos em uma seleção inicial apareceram 21 títulos que contemplavam a experiência de docentes negras no ensino superior. Foram excluídos após análise dos resumos cinco trabalhos, pois tratavam de questões diferentes da proposta dessa pesquisa. Um artigo e uma dissertação cuja análise se centrava na formação da identidade docente ou negra foram excluídos dado o viés analítico se afastar da proposta dessa investigação. Outro artigo foi excluído por se tratar de uma análise sobre como a diversificação no perfil de ingressantes em Universidades brasileiras têm provocado tensões políticas acerca da racialidade. Outro artigo também foi excluído por trazer a trajetória de estudantes. Análises quantitativas da presença de docentes negros também foram excluídas já que esta revisão se centra na análise qualitativa da experiência docente e em como as pesquisas têm abordado esse tema.

Após o refino das análises dos resumos totalizaram, então, 14 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos científicos que serão parte da análise dessa pesquisa. O trabalho de conclusão

de curso “Da docência à discência: Experiências das mulheres negras no ensino superior na Unilab (CE)” de Francisca Talia Alves Moraes que teve como objetivo interpretar como marcadores sociais de raça e gênero, interferem, ou não, nas trajetórias acadêmicas de mulheres negras docentes e discentes da UNILAB (CE) não foi encontrado o material completo para análise por isso foi excluído do escopo de pesquisa. O detalhamento das autoras, tipos e anos de publicação foi elencado na tabela abaixo. As análises detalhadas desses estudos se encontram reunidas no capítulo 2 desta monografia.

	Autor	Tipo	Ano
1	Joselina da Silva	Artigo	2010
2	Marília Carvalho; Viviane Silva	Artigo	2014
3	Maria Simone Euclides	Dissertação	2017
4	Azânia Mahin Nogueira	Artigo	2017
5	Angela Ernestina de Brito	Artigo	2017
6	Joselina Silva e Maria Simone Euclides	Artigo	2018
7	Renata Gonçalves	Artigo	2018
8	Edilene Silva	Tese	2019
9	Érika costa	Dissertação	2019
10	Yuri Santos de Brito	Dissertação	2019
11	Paula Barreto, Flávia Rios, Paulo neves,	Artigo	2021
12	Wellington Santos	Tese	2022
13	Joselina Silva e Maria Simone Euclides	Artigo	2022
14	Gyme Gessyka Pereira dos Santos	Tese	2022

A pesquisa se organiza nos seguintes capítulos: **CAPÍTULO 1 – Na corda bamba: trajetórias marcadas pelo racismo e o sexismo**, são analisadas as teorias que embasam este estudo bem como as pesquisas que analisam a trajetória de docentes negras no ensino superior, além de trazer uma introdução dos estudos do campo e a metodologia utilizada na pesquisa. O **CAPÍTULO 2 – O que as pesquisas dizem sobre as trajetórias de docentes negras?** Analisa os dados e resultados das pesquisas selecionadas bem como as lacunas apresentadas por esses estudos. Os resultados apontam para análise das trajetórias e a influência do racismo e sexismo na trajetória das docentes negras direcionando para criação de estratégias de resistência relacionadas ao engajamento em movimentos sociais e no apoio aos estudantes além do direcionamento das pesquisas. As lacunas deixadas pelos estudos estão relacionadas às dificuldades de acesso a dados organizados pelas instituições de ensino sobre a presença de docentes negras e a inclusão da autodeclaração obrigatória nos formulários de cadastro docente.

CAPÍTULO 1 – NA CORDA BAMBA: TRAJETÓRIAS MARCADAS PELO RACISMO E O SEXISMO

A proposta teórica na qual se baseia esse estudo tem como categorias chaves a raça e o gênero, pois por se tratar na análise da trajetória profissional de docentes negras faz se necessário esse recurso analítico. Não se pode fugir do fato de que a trajetória de mulheres negras está em sua gênese sendo constantemente influenciada por esses marcadores sociais que em geral implica desigualdade em relação a outros grupos sociais (mulheres brancas, homens brancos e negros) então por conta dessa conjuntura as categorias supracitadas serão a base teórica desse estudo e também objetos de análise neste capítulo.

A primeira questão ao pensar nas categorias que servem à análise apresentada é a sua origem. Iniciaremos com o conceito de raça. Para Guimarães (2003) há dois tipos de conceitos dentro da ciência: categorias analíticas ou categorias nativas. Para ele um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Já o conceito nativo, é uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo, ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. No caso do conceito de raça, ele tem um sentido reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia e ciências humanas em geral. Para a biologia e a antropologia física na tentativa de explicar as diferenças humanas se estabeleceu que há raças humanas, ou seja, a espécie humana poderia ser dividida em sub espécies, tal como o mundo animal, e que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos.

Munanga (2004) oferece também uma sofisticada análise para o conceito de raça. Segundo ele, como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu próprio campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. O termo passa a designar pessoas com ancestrais comuns, mas, em 1600, ele passa a designar diferenças entre as pessoas, entre as raças humanas. No século XVI e XVII na Europa o termo passa a designar as diferenças de classes sociais entre as pessoas. O conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfo biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes (MUNANGA, 2004).

A partir do século XV inicialmente com as grandes navegações onde europeus acessaram os territórios africanos e também aqueles onde hoje se encontra a América Latina e posteriormente com processo de colonização desses territórios houve o contato entre diferentes povos (brancos, ameríndios e africanos). Esse processo unido à explicação da igreja católica em relação à humanidade

das pessoas brancas que está baseada nas figuras dos Reis Magos associada também à explicação de que os povos desses territórios colonizados não têm alma fundamentou a explicação das diferenças entre eles e se disseminou muito mais do que a explicação que todos teriam uma descendência única, ou seja, que seriam descendentes de Adão. No século XVII, a filosofia e a antropologia física passaram a explicar esse fenômeno das diferenças a partir de outras bases questionando as explicações teológicas acerca das pessoas negras e ameríndias. Com isso eles lançam mão ao termo raça para designar tais diferenças (MUNANGA, 2004).

A classificação é, portanto, um elemento da constituição cognitiva ao ser humano que necessitou fazê-la para organizar o pensamento, por isso a classificação se tornou um critério também para humanos (MUNANGA, 2004). Porém após eventos históricos desastrosos para a humanidade como o Nazismo, especialmente durante a 2ª Guerra Mundial, a ideia de raça enquanto biologia entrou em desuso, pois foi essa ideia que hierarquizou pessoas e populações e fundamentou o racismo doutrinário e o genocídio praticado pelos nazistas. Porém, o racismo foi se estruturando a partir dessa lógica da existência de raças superiores e raças inferiores (GUIMARÃES, 2003).

O entendimento da raça mudou significativamente ao longo do tempo, especialmente com os avanços nas ciências sociais e biológicas. Enquanto no passado a raça era frequentemente vista como uma categoria biológica fixa e determinante, agora é amplamente reconhecida como uma construção social, moldada por processos históricos, culturais e políticos. As ciências sociais, em particular, têm desempenhado um papel crucial na desmistificação do conceito de raça como uma categoria biológica válida, isso também tem sido feito também por biólogos, geneticistas, o movimento antirracista e outros. Elas demonstraram como as diferenças entre os grupos humanos não podem ser reduzidas a características genéticas ou biológicas, mas são amplamente moldadas por fatores sociais, econômicos e históricos. Ao reconhecer a raça como uma construção social, as ciências sociais destacam como as noções de raça são usadas para justificar e perpetuar desigualdades sociais, econômicas e políticas. Isso inclui a análise das relações de poder e dominação que estão subjacentes às categorias raciais e como essas categorias são usadas para marginalizar e oprimir certos grupos. Portanto, enquanto a biologia abandonou a ideia de raça como uma categoria válida para explicar diferenças entre grupos humanos, as ciências sociais continuam a utilizar o conceito como uma ferramenta analítica importante para entender as dinâmicas sociais e as relações de poder na sociedade.

Bourdieu (1989¹⁹) ao discutir do poder simbólico, que é o poder de definir realidade, projetar futuros e indica que as classes dominantes detém o poder através de sistemas simbólicos e de

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, cap. 1. Sobre o poder simbólico.

produção simbólica como arte, religião, produção de conhecimento. Esse poder simbólico se expressa na possibilidade de classificar e hierarquizar povos ao redor do mundo. O autor apesar de se referir às classes dominantes não especifica em seu texto quais as origens raciais dessa classe. Nesse sentido Quijano (2022)²⁰ contribui com essa discussão ao abordar a colonialidade do poder em que ele a define como uma classificação e hierarquização dos povos e sua dominação a partir do conceito central de raça. Ele afirma como essa estratégia de dominação se atualiza de forma dinâmica e heterogênea associando o controle sobre o trabalho, o trabalho não pago e a exploração de carácter colonial aos povos tidos como inferiores, nesse caso os chamados negros e índios²¹. O autor vai afirmar também que os povos que lideraram esse processo - os europeus - se associavam ao progresso, ao trabalho assalariado, e se posicionaram como responsáveis por civilizar os povos considerados primitivos, atrasados, etc. Todos esse movimento ocorreu historicamente no capitalismo colonial, fenômeno no qual Quijano explica através da colonialidade do poder. Sem a hierarquização dos povos por meio da ideia de raça e o controle do trabalho associado a isso, o capital colonial não seria possível.

Guimarães (2003) quanto mais nativo é um conceito mais ele é habitual, menos ele é exposto à crítica, menos conseguimos pensar nele como uma categoria artificial, construída, mas ele parece ser um dado da natureza. É isso que quer dizer “naturalizado”. Nas ciências sociais, em geral, o termo raça é sempre nativo, usado para classificar pessoas nas mais diversas sociedades, é uma categoria “da qual emana um determinado carácter, uma determinada psicologia, uma determinada capacidade intelectual” (GUIMARÃES, 2003 p. 99).

Corroborando a discussão sobre as questões raciais e as relações de poder, é possível estabelecer um diálogo entre os pressupostos de Bourdieu (1989), Quijano (2022) e Guimarães (2003). Esses autores ajudam a compreender que a raça não é apenas uma construção discursiva, mas também o resultado de práticas sociais concretas, marcadas por discriminações e hierarquizações históricas, especialmente perpetradas por povos europeus contra populações africanas, latino-americanas e asiáticas. Tal dinâmica revela que há uma interação constante entre teoria e prática: as ações sociais discriminatórias retroalimentam e, por vezes, reconfiguram as concepções teóricas sobre a raça. Nesse sentido, Guimarães (2003) destaca que a "cor" não deve ser entendida como uma categoria objetiva, mas sim como uma construção racial. Ao se classificar indivíduos como negros, mulatos ou pardos, é a noção de raça que fundamenta tais distinções, reforçando os marcadores sociais historicamente estabelecidos.

²⁰ QUIJANO, Aníbal. COLONIALIDADE, PODER, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA. Revista Novos Rumos, Marília, SP, n. 37, 2022. Acesso 08/01/2025.

²¹ No texto o autor desenvolve uma explicação acerca da homogeneização dos povos africanos e latino americanos no processo do colonialismo e a sua descaracterização cultural com foco na dominação.

Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na ideia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (Guimarães, 2003, p. 104).

Na modernidade, a categoria raça passou a orientar leis e práticas sociais que promovem a segregação entre pessoas brancas e negras. No Brasil, a convivência entre grupos raciais distintos e as experiências de famílias multirraciais foram utilizadas como base para a construção do mito da democracia racial — a ideia de que o país teria superado o racismo por meio da miscigenação. No entanto, esse discurso não se concretiza na prática social, pois os sistemas hierárquicos e o complexo labirinto de exclusões impostos pelo racismo evidenciam que a igualdade racial ainda está longe de ser alcançada (GUIMARÃES, 2003). Nesse contexto, o movimento negro desempenhou um papel fundamental na politização da questão racial, desafiando diretamente a narrativa da democracia racial e denunciando as desigualdades raciais presentes nas instituições e na sociedade brasileira como um todo.

Na década de 1970, o movimento negro começou a ganhar força e visibilidade, reivindicando uma identidade negra positiva e resistindo às formas de opressão e discriminação enfrentadas pela comunidade afro-brasileira. Uma das estratégias centrais desse movimento foi a rejeição da ideia de que a cor da pele não importava no Brasil e a insistência na importância de reconhecer e enfrentar o racismo que permeia a sociedade. Ao mesmo tempo, as pesquisas acadêmicas no campo da sociologia e das ciências sociais contribuíram para o entendimento mais profundo das desigualdades raciais no Brasil. Estudos demonstraram consistentemente que os negros enfrentavam condições sociais e econômicas significativamente piores do que os brancos em áreas como educação, emprego, renda, saúde e acesso à moradia. Essas pesquisas corroboraram as demandas do movimento negro por justiça social e igualdade racial, fornecendo evidências concretas para desmascarar a narrativa da democracia racial. O movimento negro, portanto, encontrou apoio nas análises sociológicas para contestar as estruturas de poder que perpetuavam o racismo no Brasil. A politização da questão racial pelo movimento negro levou a avanços significativos na conscientização pública sobre o racismo e na implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial

Considerando as desigualdades estabelecidas a partir da hierarquização das raças é que se tem a estruturação do racismo. Para Munanga (2004) ele é uma ideologia essencialista “que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais,

intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais”. Ele estaria baseado na crença da hierarquia de raças e na relação dela com outros atributos humanos como físico, intelectual e cultural. A raça para um racista, segundo o autor, seria um grupo ou coletividade com características inferiores ao que ele pertence, ou seja, seria a relação intrínseca entre o físico/ biológico e o intelectual, moral. As origens do racismo podem ser encontradas no cristianismo que teria relacionado à maldição lançada por Noé ao seu filho Cam a uma possível ascendência geracional com os povos africanos, ou seja, os povos africanos são descendentes de Cam e por isso amaldiçoados por natureza. A outra origem seria na classificação científica dando um salto para um novo tipo de explicação determinista racial para as diferenças humanas que compreende as diferenças fenotípicas como indicação de diferentes raças. A explicação biológica de que qualidades morais, intelectuais, culturais, etc. tem origem biológica é que fundamenta a hierarquização em raças inferiores e superiores, ou seja, as diferenças fenotípicas seriam associadas ao comportamento específico de um povo e sua consequente classificação hierárquica (MUNANGA, 2004).

Além da essencialização somático-biológica, o estudo sobre o racismo hoje deve integrar outros tipos de essencialização, em especial a essencialização histórico-cultural o racismo novo se alimenta da noção de etnia (MUNANGA, 2004)

A raça é uma categoria utilizada mais comumente porque, apesar das críticas da antropologia ao seu uso²², ela dá a dimensão do que é o racismo e a discriminação sofrida por pessoas não-brancas. Mas esse termo não se refere ao conceito biológico, ou em hierarquias entre raças (superiores e inferiores), mas em uma dimensão social e política. Além disso, no Brasil, a discriminação e o racismo relacionam-se não só aspectos culturais, mas também a fenotípicos. No Brasil esse tipo de discriminação baseada nas características físicas é muito comum e atribui isso ao passado escravocrata e também ao fato de que mesmo após a abolição não houve políticas públicas contra o racismo, o que aumentou as desigualdades (GOMES, 2005). É possível também afirmar que a hierarquização das raças foi necessária para implantação do capital e esse processo de classificação se atualizou e perdurou até os dias atuais (QUIJANO, 2022).

A análise da trajetória de docentes negras no ensino superior à luz das disparidades raciais e sociais no Brasil revela a persistência do racismo estrutural²³ em várias esferas da sociedade,

²²Algumas dessas críticas incluem: **Essencialismo:** A categorização das pessoas com base em traços físicos específicos pode reforçar noções essencialistas e simplistas sobre as diferenças humanas. Isso pode perpetuar estereótipos e preconceitos, ignorando a diversidade dentro de grupos raciais e étnicos. **Determinismo:** O conceito de raça pode sugerir erroneamente que certas características biológicas ou genéticas são determinantes do comportamento, habilidades ou capacidades de um grupo racial. Isso pode levar à justificação de hierarquias raciais injustas e à atribuição de características individuais a grupos inteiros com base em sua raça.

²³ Compreendido como o racismo enquanto uma condição que constitui as relações em seu padrão de normalidade de forma consciente e inconsciente (Silvio Almeida, 2016.)Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-racismo-estrutural-silvio-almeida/>. Acesso 13/03/2024.

incluindo o campo acadêmico. A categoria de raça ajuda a compreender como as desigualdades históricas e estruturais impactam a representação e as oportunidades de ascensão profissional para pessoas negras, incluindo docentes universitárias. Os dados²⁴ sobre a representação desproporcional de pessoas negras na população carcerária, a maior incidência de homicídios entre mulheres negras e as disparidades socioeconômicas entre brancos e negros fornecem um contexto claro para entender as dificuldades enfrentadas por docentes negras no ensino superior.

A partir das perspectivas de autores como Munanga (2004) e Guimarães(2003), podemos entender que o racismo opera de maneiras sutis e profundas, moldando as oportunidades educacionais e profissionais disponíveis para pessoas negras. Isso se reflete na baixa representação de docentes negras no ensino superior, indicando barreiras institucionais e sociais que limitam suas oportunidades de ascensão profissional. Além disso, as estigmatizações associadas à identidade racial negra, alimentadas pelo racismo, podem impactar negativamente a percepção e o tratamento das docentes negras no ambiente acadêmico, contribuindo para a reprodução de preconceitos e estereótipos. A falta de uma rede de apoio adequada para mulheres negras no seio familiar e social, devido à concepção errônea de que são mais fortes e, portanto, não precisam de cuidados especiais, também é um fator que pode impedir sua capacidade de dedicar tempo e energia necessária para construir carreiras acadêmicas de sucesso. Em suma, a análise da trajetória de docentes negras no ensino superior à luz das disparidades raciais e sociais no Brasil destaca a importância de reconhecer e enfrentar os desafios que permeiam a vida de mulheres negras todas as esferas da sociedade, incluindo o campo acadêmico.

Para analisar a condição das docentes negras no ensino superior além de utilizar a categorias raça também podemos partir da categoria de gênero.

Para pensar na categoria gênero recorreremos também à sua origem. O conceito de gênero deve ser pensado em seu uso linguístico e no seu contexto, pois as diferenças linguísticas podem influenciar na conceituação dos termos em cada sociedade. O gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença e hierarquizações. A diferenciação complexa e a mistura de termos para “sexo” e “gênero” são parte da história política das palavras. Os significados médicos acrescentados a “sexo” se somam progressivamente a “gênero”, no inglês, através do século XX. Significados médicos, zoológicos, gramaticais e literários têm, todos, sido contestados pelos feminismos

²⁴ Em 2005, 58,4% do total da população prisional era negra, em 2022, esse percentual passou para 68,2%, o maior da série histórica disponível. O Mapa da Violência 2015 mostra que o número de homicídios de brancas caiu, já o assassinato de negras aumentou: em 2003, morreram assassinadas 23% mais negras do que brancas, esse índice foi crescendo lentamente ao longo dos anos, para, em 2013, chegar a 67%. Uma Pesquisa do IBGE divulgada em 2022 mostra que, em 2021, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%). Fonte: <https://www.geledes.org.br/proporcao-de-pretos-e-pardos-entre-os-pobres-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge/>. Acesso 13/03/2024.

modernos. Porque essa palavra pode ser associada a especificações relacionadas à família, classificações diversas e sentido de raça (HARAWAY, 2004).

Ao analisar as formas como os corpos são produzidos e inscritos por meio de práticas médicas, científicas, políticas e culturais, Haraway destaca como esses processos são permeados por relações de poder e hierarquias sociais. Ela critica as narrativas essencialistas que tentam fixar e controlar a identidade e a subjetividade dos corpos, argumentando que tais narrativas servem a interesses políticos e ideológicos dominantes.

A afirmação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher”, mas torna-se mulher pensando na desnaturalização do conceito unidas às condições sociais do pós-guerra possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico. O conceito se localiza na teoria e prática que busca explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004). Quando Donna Haraway se refere a "sistemas históricos", ela está se referindo aos padrões, estruturas e relações de poder que moldam as sociedades ao longo do tempo. Esses sistemas históricos são construídos por meio de processos sociais, culturais, políticos e econômicos que se desenvolvem ao longo da história e que influenciam as experiências individuais e coletivas das pessoas. Engels ao analisar que a produção e reprodução da vida tem uma característica dupla se tornou o ponto de partida das feministas em suas teorias por meio do sistema sexo/gênero (HARAWAY, 2004).

Inicialmente, o gênero — assim como a raça — foi entendido como uma categoria vinculada exclusivamente à biologia. No entanto, a partir das décadas de 1950 e 1960, com a emergência de novos campos teóricos e das discussões promovidas pela segunda onda do feminismo, começou a ganhar força uma perspectiva que contestava o determinismo biológico. Nesse contexto, desenvolveu-se o paradigma do construtivismo social, que passou a compreender o gênero como uma construção histórica, cultural e discursiva, e não como algo natural ou fixo. Essa concepção se aproxima da proposição de Simone de Beauvoir, nos anos 1940, segundo a qual “não se nasce mulher, torna-se mulher”, ainda que o chamado “paradigma da identidade de gênero” tenha inicialmente reproduzido uma leitura essencializante dessa ideia.

Haraway (2004) aborda na sua discussão que esse binômio natureza/cultura e sexo/gênero foi usado contra o determinismo biológico e a favor do construcionismo social, mas não obtiveram sucesso, pois é necessário historicizar e relativizar o sexo e as raízes históricas e epistemológicas da lógica da análise implícita na distinção sexo/gênero e nessas categorias individualmente. Essa

discussão do sistema natureza/cultura e sexo/gênero vigorou na literatura feminista nas décadas de 1970 e 1980. Para Haraway, o construcionismo social não se trata apenas de reconhecer que as identidades são construídas socialmente, mas também de entender como essas construções são contestadas, subvertidas e reinventadas por meio de práticas políticas, culturais e tecnológicas.

Como raça, sexo é uma formação “imaginária” do tipo que produz realidade e orienta a ação, inclusive corpos percebidos então como anteriores a toda construção. A “mulher” existe apenas como esta espécie de ser imaginário, enquanto as mulheres são produto de uma relação social de apropriação, naturalizada como sexo. A luta principal é pela destruição do sistema social da heterossexualidade, porque “sexo” é a categoria política naturalizada que funda a sociedade como heterossexual (HARAWAY, 2004).

A partir de outros autores, Haraway defende que o patriarcado é um sistema material que pode ser definido como um conjunto de relações sociais entre homens, que tem base material, e capacita homens a dominar mulheres e que, por estar relacionado às relações de produção, oferece uma dinâmica única no sistema de opressão, ou seja, o chamado patriarcado capitalista, faz com que a luta contra a opressão de classe e de gênero devam também ser unificadas. Uma vez que o trabalho, enquanto uma categoria que aponta para a condição de classe organiza a luta dentro do marxismo, a sexualidade cumpre esse papel dentro do feminismo. Por isso que o gênero é um sistema de relações sociais, simbólicas e psíquicas no qual, os homens e mulheres estão diferentemente alocados, desigualmente estabelecidos. Esse sistema de dominação e desigualdade afetou inclusive a construção da ciência. Mas esse sistema sexo/gênero foi criticado por mulheres negras, pois para elas obscurecia ou subordinava todos os outros “outros” (HARAWAY, 2004).

O que o movimento de mulheres negras questionava era o uso de categorias que reproduziam discursos racistas e colonialistas e por isso ela formularam diversos conceitos como interseccionalidade, mulherismo e empoderamento, para explicar as especificidades das suas vivências, ou seja, ao se posicionar essas mulheres questionavam as posições de homens brancos e mulheres brancas e buscavam lutar por pautas que às contemplasse dentro do movimento. Com o colonialismo a condição de mulher foi retirada das mulheres negras, pois a condição racial e sexual foi duplamente utilizada para sua apropriação como mercadoria; no discurso e prática escravista, por exemplo, eram objetos num outro sentido que as tornavam diferentes tanto da figura marxista do trabalhador alienado como da figura feminista “não modificada” do objeto do desejo. Então o que Haraway vai abordar é a condição racista e sexista do patriarcado que colocava as mulheres livres e as não livres em espaços incompatíveis, simbólica e socialmente assimétricos (HARAWAY, 2004).

Uma teoria feminista de gênero deve simultaneamente ser uma teoria da diferença racial nas condições históricas específicas de produção e reprodução da vida, pois como a categoria “gênero” foi desenvolvida para analisar o que significa ser “mulher”, desnaturalizando-a e observando a construção social por trás da formação dos sujeitos onde a identidade de “mulher” é simultaneamente exigida e desconstruída” pelas feministas negras. A luta sobre os agentes, as memórias e os termos dessas reconstituições é o coração da política feminista de sexo/gênero (HARAWAY, 2004).

A discussão desenvolvida por Haraway ajuda a compreender como a categoria gênero funciona como um mecanismo dentro do patriarcado para hierarquizar homens e mulheres e como as feministas negras ampliaram a discussão ao questionar o conceito universal do que é ser mulher considerando que dentro do sistema de hierarquizações a mulher negra possui um lugar diferenciado quando se relaciona com homens brancos e com mulheres brancas. Isso faz com que seja possível pensar no entrelaçamento das questões de gênero e raça e na sua operação enquanto sistemas que subalternizam mulheres negras em relação a outros grupos sociais.

Corroborando com a discussão acerca das categorias de gênero e raça podemos analisar as contribuições da produção teórica e política de Nancy Fraser (2001) sobre as lutas por reconhecimento e por redistribuição. As análises da autora são importantes porque quando se discute os termos de raça, classe e gênero pode-se pensar que há uma necessidade de hierarquização ou de priorização daquilo que venha ter um peso maior nas experiências dos indivíduos ou que venha a ser a principal questão a ser investigada. Porém, conforme defendido também por Lélia González (2022) em sua obra, as experiências de mulheres negras estão relacionadas e sendo constantemente influenciadas por todas essas categorias ou melhor por estes marcadores sociais da diferença e desigualdade que fazem com que elas vivenciem experiências muito específicas que não tem como estabelecer uma hierarquia entre elas. Por isso é preciso compreender a luta de mulheres negras como de coletividades bivalentes nos termos de Fraser (2001).

Para Fraser (2001) as lutas por reconhecimento se tornaram paradigmáticas no final do século XX. Essas demandas por reconhecimento da diferença segundo ela dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade. Ela considera que nas lutas pós-socialista a demanda por reconhecimento suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política, ou seja, para a autora a dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental, e o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política. Mas isso não corresponde à totalidade da história já que a desigualdade econômica vigora em várias partes do mundo. A autora

questiona então o que se deve fazer com a emergência desse novo imaginário político centrado nas noções de “identidade”, “diferença”, “dominação cultural” e “reconhecimento” (FRASER, 2001).

Mas ela afirma que nenhuma das duas posições (reconhecimento e redistribuição) é adequada por serem muito abrangentes e sem nuances, e que em vez de rejeitar as lutas por reconhecimento deve-se sim pensar em uma teoria crítica do reconhecimento “que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade”. Para Fraser (2001) é mais difícil pensar em como essas questões se entrelaçam e se sustentam mutuamente do que como se anulam²⁵.

Para explicar melhor a situação ela distingue analiticamente duas formas genéricas de compreender a injustiça onde a primeira seria a injustiça econômica (que se radica na estrutura econômico-política da sociedade) e aí ela traz três exemplos e quatro autores que tratam do tema, que são: ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros; marginalização econômica (ser obrigado a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a trabalho remunerado); e a privação (não ter acesso a um padrão de vida material adequado) e os autores são: a teoria de Marx sobre a exploração capitalista; a concepção de justiça de Rawls, como justiça na seleção dos princípios que regem a distribuição dos “bens primários”; a visão de Amartya Sen, de que justiça implica “capacidades de função” iguais; e a de Ronald Dworkin, de que justiça implica “igualdade de recursos”. Ela não se vincula a nenhuma corrente compreendendo que somente é necessário um entendimento geral e rudimentar da injustiça socioeconômica informada por um compromisso com o igualitarismo (FRASER, 2001).

A outra maneira de entender a injustiça é questão cultural ou simbólica, essa injustiça se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação como:

a dominação cultural que é ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria; o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana (FRASER, 2001).

Mas a autora afirma que faz a distinção entre esses tipos de injustiça mesmo compreendendo o mútuo entrelaçamento entre elas. A partir daí ela traz em suas discussões quais seriam então os remédios (ou soluções) para cada tipo

²⁵ A autora parte das coletividades para mostrar como reconhecimento e redistribuição podem e devem ser analisados.

de injustiça. De forma resumida seriam: No caso da injustiça econômica poderia ser redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas. Eles estão no corpus do que a autora chamou de “redistribuição”. O remédio para a injustiça cultural pode ser a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural ou até uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas. A esse grupo ela denominou “reconhecimento” (FRASER, 2001).

A partir daí ela vai buscar entender qual é a relação entre lutas por reconhecimento, voltadas para remediar a injustiça cultural, e lutas por redistribuição, voltadas para compensar a injustiça econômica e como elas podem interferir uma na outra quando são feitas de forma simultânea. As lutas por reconhecimento assumem com frequência a forma de chamar a atenção para a presumida especificidade de algum grupo e afirmar seu valor (FRASER, 2001).

As lutas por redistribuição tendem a desestabilizar a diferenciação entre grupos, por exemplo, a questão do gênero que numa luta por redistribuição tem que ser deixada de lado para que seja feita uma justiça econômica para todas as pessoas sem distinção, porém numa luta por reconhecimento é preciso reafirmar o gênero para que se destaque um grupo em relação a outros e reconheça o seu valor perante a sociedade. Por conta disso, essas lutas podem concorrer entre si e muitas vezes lutar em oposição, ou seja, existe uma tensão entre essa dinâmica da redistribuição e do reconhecimento (FRASER, 2001).

Os "bivalentes" são aqueles que experimentam injustiças simultâneas e co-originais, ou seja, enfrentam discriminação tanto por causa de sua classe social quanto por causa de sua identidade de gênero, raça, sexualidade, ou outras características. Essas injustiças não são apenas interligadas, mas também independentes uma da outra em certo sentido, o que significa que lutar contra uma injustiça não necessariamente resolve a outra. Portanto, ao discutir gênero e raça como exemplos de coletividades bivalentes, Fraser destaca a necessidade de abordagens que reconheçam e respondam às múltiplas dimensões da opressão que esses grupos enfrentam. Isso implica que as lutas por justiça social devem ser igualmente sensíveis às questões de gênero, raça, classe e outras formas de identidade, a fim de abordar adequadamente as complexas intersecções de opressão e privilégio.

Para ela, o gênero estrutura a divisão do trabalho produtivo e reprodutivo e doméstico não remunerado atribuído geralmente às mulheres e também a divisão interna do trabalho produtivo colocando novamente as mulheres em posição de desigualdade. Mas ele também se enquadra na problemática do reconhecimento pautando a construção autorizada de normas que privilegiam os

traços associados à masculinidade e a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “femininas”, e atribuídas às mulheres. E para essa injustiça seria necessário segundo a autora acabar com o gênero como elemento básico de diferenciação e desigualdade porque as questões econômicas não estão separadas das culturais, elas se relacionam dialeticamente. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica. Por isso é necessário mudar a economia e a cultura para sanar as injustiças de gênero. Mas aí a autora traz o dilema dessa dupla luta: como as feministas podem lutar ao mesmo tempo para abolir a diferenciação de gênero e para valorizar a especificidade de gênero? Nesse ponto ela traz a raça para a discussão pois é uma coletividade bivalente assim como o gênero. Ela também estrutura a economia e política de forma que a população negra seja colocada nas funções de menor remuneração e menos valorizadas socialmente. O remédio seria então desracializar a economia para que se fizesse justiça. Porém, há também na condição de raça, dimensões que são “culturais-valorativas” (FRASER, 2001).

Um aspecto central do racismo é o eurocentrismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados com o “ser branco”. Em sua companhia está o racismo cultural: a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “negras”, “pardas” e “amarelas”, paradigmaticamente – mas não só – as pessoas de cor. Esta depreciação se expressa numa variedade de danos sofridos pelas pessoas de cor, incluindo representações estereotipadas e humilhantes na mídia, como criminosos, brutais, primitivos, estúpidos etc.; violência, assédio e difamação em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição às normas eurocêtricas que fazem com que as pessoas de cor pareçam inferiores ou desviantes e que contribuem para mantê-las em desvantagem mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminar; a discriminação atitudinal; a exclusão e/ou marginalização das esferas públicas e centros de decisão; e a negação de direitos legais plenos e proteções igualitárias. Como no caso do gênero, esses danos são injustiças de reconhecimento.

Assim como ocorre com a categoria de gênero, também se coloca o desafio de compreender como os movimentos antirracistas podem, ao mesmo tempo, lutar pela abolição da ideia de “raça” e valorizar a especificidade cultural dos grupos racializados e subordinados. Esse é o dilema entre reconhecimento e redistribuição, analisado por Fraser. Ao explorar essa tensão, a autora propõe duas abordagens distintas para o enfrentamento das injustiças sociais: a da afirmação, que busca corrigir desigualdades sem alterar as estruturas que as produzem; e a da transformação, que visa modificar essas estruturas de forma mais profunda. Fraser examina como essas duas estratégias operam tanto no campo da redistribuição quanto no do reconhecimento, e, a partir disso, propõe uma reformulação do dilema que torna possível avançar para soluções mais integradas e eficazes.

Por remédios afirmativos para a injustiça, são aqueles voltados para corrigir os efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra e os transformativos seriam aqueles voltados para corrigir os efeitos desiguais a partir da remodelação da estrutura que está por trás. Pensando nesses remédios em relação à injustiça econômica, os afirmativos estariam

ligados ao Estado de bem-estar social e os transformativos estariam associados ao socialismo (FRASER, 2001). Os remédios afirmativos tendem, em geral, a promover a diferenciação de grupo, enquanto remédios transformativos tendem a desestabilizá-la. Os remédios de redistribuição afirmativos podem engendrar um protesto de menosprezo, enquanto os remédios de redistribuição transformativos podem ajudar a compensar algumas formas de não-reconhecimento (FRASER, 2001).

O que se conclui com essa discussão é que o gênero nos termos em que é colocada por Haraway e Fraser também é produtor de desigualdades, ou seja, no contexto social a mulher sofre processos de discriminação e preconceitos baseado nas suas características biológicas. Ou seja, como já foi afirmado anteriormente a prática excludente, hierarquizante, e produtora de desigualdade parte das diferenças biológicas e cria discursos de dominação que irão por sua vez fundamentar novas práticas. A Diferença é transformada em desigualdade dentro do sistema capitalista que se reproduz a partir desses mecanismos de dominação, opressão e exclusão.

CAPÍTULO 2 - O QUE AS PESQUISAS DIZEM SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE DOCENTES NEGRAS?

Este capítulo visa identificar as pesquisas encontradas e que fazem parte do escopo de análise deste estudo. Para analisar essas questões buscou-se pesquisas que tenham como objeto a trajetória de docentes negras no ensino superior no Brasil. Analisou-se os resultados dos estudos bem como as considerações finais dos autores acerca dos dados obtidos pelas pesquisas²⁶. Será feita uma análise dos resultados de cada trabalho citado e após análise será feita a comparação entre eles para identificar semelhanças, diferenças e lacunas deixadas no campo, como também compreender como se dá a trajetória de docentes negras nas instituições do ensino superior contempladas nas referidas pesquisas.

	Autor(a)	Metodologia	Amostra/N	Foco Geográfico	Fontes de Dados
1	Joselina da Silva	Revisão sistemática	Dados secundários	Nacional	Dados CAPES + INEP
2	Marília Pinto de Carvalho e Viviane Silva	Biografia + análise histórica	1 caso	SP (USP)	Arquivos institucionais + entrevistas
3	Maria Simone Euclides	Estudo de caso múltiplo	8 professoras	CE	Entrevistas + documentos institucionais
4	Azânia Mahin Romão Nogueira	Censo quantitativo	Dados institucionais	SC (UFSC)	Registros da UFSC
5	Angela Ernestina Cardoso de Brito	Estatística descritiva	8 cursos	BA (UFBA)	Dados da UFBA
6	Joselina Silva e Maria Simone Euclides	Entrevistas semiestruturadas	2 professoras	CE e RJ	Diários de campo + gravações
7	Renata Gonçalves	Revisão crítica	Dados nacionais	Nacional	IBGE + INEP
8	Edilene Santana dos Santos Silva	Quantitativa + qualitativa	200 docentes	BA (UFBA)	Censo interno da UFBA
9	Érika Costa Silva	Pesquisa participante	10 docentes	DF (UnB)	Registros institucionais + entrevistas
10	Yuri Santos de Brito	Entrevistas + análise de discurso	25 docentes	Nacional	Entrevistas transcritas
11	Paula Barreto, Flávia Rios, Paulo Neves	Revisão sistemática	50 artigos	Nacional	Plataformas acadêmicas (SciELO, etc.)
12	Santos, Wellington Pereira	Entrevistas qualitativas	30 docentes	BA (UFBA)	Dados institucionais + entrevistas
13	Joselina Silva e Maria Simone Euclides	Entrevistas semiestruturadas	2 professoras	CE e RJ	Diários de campo, gravações
14	Gyeme Gessyka Pereira dos Santos	Análise documental + entrevistas	15 docentes	RJ (UFF)	CNPQ + relatórios da UFF

Fonte: produção própria

De acordo com a tabela o primeiro artigo analisado foi “Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais” (2010) artigo científico de Joselina da Silva que faz uma revisão sistemática para analisar a participação de mulheres negras brasileiras com doutorado e atuantes no ensino superior público e particular. Um objetivo dessa pesquisa foi apontar a importância de indicadores e estudos ainda mais acurados que se voltem a analisar a situação das mulheres, comparadas aos homens, no âmbito da ciência e tecnologia. Para a autora esta seria uma forma de pavimentar o caminho para permitir a constituição de um instrumental teórico sobre o tema, de forma a orientar políticas públicas e institucionais desejosas de reordenar as desigualdades de gênero e raça encontradas. A autora faz uma análise sobre a participação das mulheres negras com doutorado ou mais e atuantes no ensino universitário, até o ano de 2005. A autora analisa tabelas de participação de mulheres negras na educação e nas ocupações no mercado de trabalho no período de 1990 e identifica a menor participação de mulheres negras em diversos níveis de ensino. Ao analisar os dados acerca do ensino superior, a partir de pesquisa realizada na universidade federal da Bahia, a autora

identifica a inserção de mulheres negras como discentes em cursos considerados socialmente como de menor prestígio. Analisando os dados do SINAES a autora encontrou o valor de 251 professores negras até o ano de 2005.

De acordo com a publicação *Mulher na Educação Superior brasileira, 1991–2005*, (RISTOFF, 2007), tínhamos até o ano de 2005 um total de 63.234 doutores (mulheres e homens) atuantes na educação universitária. Destes, como demonstrado na tabela acima, o grupo composto por mulheres negras era de apenas 251. Mesmo considerando a ocorrência de concursos para o ingresso no magistério superior público federal, nos anos de 2006–2007 – não incluídos nos dados disponibilizados pelo Sinaes até o momento –, não podemos negar a grande diferença numérica entre doutoras negras e brancas no País (DA SILVA, 2010).

A autora vai concluir que há uma relação direta da influência do racismo e do sexismo na entrada de mulheres negras como docentes dado a sanção dos pares nesse ambiente, bem como sua participação em espaços de poder também é prejudicada por esses fatores. E por conta disso também se faz necessária a presença dessas mulheres nesses espaços como forma de reverter o cenário de exclusão. A autora ressalta também a importância da produção de dados sobre a participação de docentes negras no ensino superior.

O segundo título escolhido foi o artigo “Ser docente negra na USP: gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente (2014)” de Marília Pinto de Carvalho e Viviane Angélica Silva. Este artigo propõe analisar a trajetória da professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), para ampliar a compreensão dos significados de ser docente negra na USP hoje. Como a trajetória da professora Eunice Prudente que se concilia, em certa medida, com as trajetórias de outros alunos e docentes da Faculdade na possibilidade de exercício do poder, porém desconcilia-se na medida em que a professora está na condição de exceção. A narrativa da professora Eunice como a de muitas docentes identificadas na pesquisa revela uma prática docente comprometida com o fortalecimento da cidadania e construção de uma realidade mais justa, numa atuação que vai além da sala de aula, na qual se percebe uma conciliação entre as identidades pessoais e coletivas. Interessante observar que o diálogo com a militância, seja nos movimentos de esquerda, no movimento negro e no movimento feminista, marca a trajetória de muitas docentes entrevistadas, embasando suas opções, convicções e ações dentro das universidades.

O terceiro trabalho selecionado foi “Mulheres Negras, Doutoradas, Teóricas e Professoras Universitárias: Desafios e Conquistas”, tese de Maria Simone Euclides. A tese busca compreender e analisar a construção de carreiras profissionais para mulheres negras, doutoras e professoras em universidades públicas do Estado do Ceará; identificando elementos que compõem estas travessias, bem como, as possibilidades de ascensão e a atuação em cargos de chefias, tendo como pressupostos a interferência de racismo e sexismo e mapear as estratégias estabelecidas pelas docentes em suas respectivas trajetórias profissionais e no universo acadêmico. Sua análise foi realizada no período de 2015 a 2017 com entrevistas com 09 professoras das unidades do Ceará.

Segundo a autora, sua pesquisa não dá conta de mapear todos os sacrifícios, as rupturas realizadas em cada trajetória, mas permite identificar as nuances relatadas pelas professoras negras que fazem parte de uma discussão de um contexto maior onde cotidianamente se enfrentam situações de racismo e sexismo, para além da posição que ocupam. A partir da análise dessa pesquisa é possível afirmar que o fato de estarem em uma determinada posição no mercado de trabalho, não as isenta de sofrer pelas mesmas ações vivenciadas pela maioria de mulheres negras que vivem na invisibilidade. Dentre os principais desafios encontrados na esfera profissional, tem-se a expressiva constatação por todas as entrevistadas de que “o racismo continua a existir mesmo que tenha uma ascensão social.

Ascensão social não protege contra o racismo” (Luiza Mahin, 2015 apud EUCLIDES, 2017). A pesquisa ao evidenciar que a persistência do racismo sobressai, mesmo diante do título de doutoras e da situação de professoras em universidades públicas, evidencia também que não é uma questão de classe somente, mas “da prevalência dos discursos com base em critérios fenotípicos, explicitando em definitivo que, a questão racial ainda é e vai levar um bom tempo para deixar de ser uma questão tão emblemática” (EUCLIDES, 2017).

Como bem evidenciado nas entrevistas, o racismo se sobressai principalmente na ideia do não lugar, ou o lugar que não é o de direito para mulheres negras e, com isso, o desmerecimento da intelectualidade negra e feminina cada uma das docentes interpeladas, dentro das suas possibilidades e realidades, lança mão de dispositivos diversos para o enfrentamento de modo que não se intimidaram, reafirmando cotidianamente a sua inserção no universo científico, quer seja, na militância dentro da sala de aula, quer seja na discussão em seus respectivos grupos de estudos e pesquisas.

Ao longo das biografias apresentadas em sua pesquisa Maria Simone Euclides revela a presença de algumas características em todos os percursos, dentre elas: dificuldades financeiras, resiliência, força, firmeza, altivez, construção de pertencimento, convicções e indignação com as desigualdades e injustiças sociais. São traços que compõem as travessias e vão reverberar de forma clara e objetiva em suas ações pessoais e profissionais dessas mulheres quando ingressam como docentes nas universidades.

O quarto trabalho analisado foi o artigo “O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina” Azânia Mahin Romão Nogueira que também foi selecionado pois analisa por meio de dados estatísticos a presença de docentes na UFSC, bem como os cursos em que estão mais presentes. Nas análises estatísticas acerca da presença de mulheres na universidade identificou-se baixa representatividade de mulheres nas instituições de ensino superior.

Considerando que as mulheres negras constituem 25,46% da população do país, a baixa representatividade deste grupo no corpo docente brasileiro é um importante indicativo das desigualdades raciais e da resistência do meio acadêmico em romper com elas. A pesquisa que

identificou a presença de mulheres na UFSC comparou com o número de mulheres negras no estado de Santa Catarina (7,4%), mesmo sem os dados oficiais de quantas professoras negras têm na UFSC, a partir do levantamento preliminar realizado pela autora, não alcançou o número mínimo para atingir a mesma proporção do estado (NOGUEIRA, 2017).

A partir das suas análises a autora chama a atenção para a necessidade de políticas efetivas para o ingresso e a permanência de mulheres no espaço acadêmico, mas não somente isso, é preciso possibilitar também o acesso aos cargos de poder, acesso à docência. Então é necessário um trabalho mais amplo para romper com o que ela chama de estrutura colonialista e segregadora.

O artigo “Professoras negras na Universidade Federal da Bahia UFBA: cor, status e desempenho”, de Ângela Ernestina Cardoso de Brito, foi o quinto artigo que foi analisado. Este trabalho analisa o processo de inserção de docentes negras na UFBA a partir da identificação da presença das docentes dentro de determinados cursos. A pesquisa apontam a ausência de dados oficiais sobre a presença de negros e negras na universidade e de políticas pública que ampliem esse acesso.

Das autoras Maria Simone Euclides e Joselina da Silva, foi selecionado o artigo intitulado “Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil)”. O trabalho analisa diversos aspectos que atravessam as trajetórias de docentes negras, considerando tanto suas presenças nos espaços acadêmicos quanto os dados estatísticos e as narrativas qualitativas coletadas.

O objetivo das autoras é compreender os caminhos e enfrentamentos percorridos por mulheres negras que alcançaram o título de doutoras e atuam como docentes em universidades públicas. A pesquisa busca identificar os mecanismos de superação e agenciamento mobilizados por essas mulheres em suas trajetórias.

Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove professoras de três instituições públicas — federais e estaduais — no Estado do Ceará. Os relatos evidenciam a naturalização da ausência de mulheres negras no magistério superior, revelando que esse espaço ainda não é socialmente atribuído a elas como lugar legítimo de pertencimento e atuação.

Na qualidade de sujeitas e participantes desses espaços são legítimas para dizer sobre si, como afirma a professora Areta (2017): “O nosso lugar não é ali. Eles olham para você, enquanto a professora da pós e olham para a moça que trabalha na portaria e se perguntam porque ela está aqui” (DA SILVA; EUCLIDES, 2018, pág. 6).

Para as autoras o fato de as mulheres negras ocuparem uma determinada posição no mercado de trabalho não seria um fato que as isenta de sofrer as mesmas ações experimentadas pela maioria das mulheres negras posicionadas em outras funções com maior invisibilidade ou em profissões subalternizadas (DA SILVA; EUCLIDES, 2018). As experiências cotidianas revelam as capacidades

de agência e poder das mulheres negras nas relações raciais e de gênero nas instituições de ensino superior. O fato de ascenderem e se tornarem professoras universitárias não as distancia do coletivo nem as impede de reconhecer as relações conflituosas de raça, sexo e classe. Pelo contrário, essa ascensão as leva a estreitar ainda mais os laços em busca de respostas sobre o porquê de essas questões ainda não terem sido resolvidas, ao mesmo tempo em que buscam estratégias de fortalecimento e enfrentamento.

O artigo de Renata Gonçalves, “A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior”, oferece uma perspectiva histórica sobre a participação das mulheres negras na educação superior. A autora inicia revisitando a luta dos movimentos sociais pela educação da população negra, destacando o trabalho da Frente Negra Brasileira e do Movimento Negro Unificado. Ela também aborda o surgimento e o desenvolvimento do movimento feminista negro, que surgiu como resposta à falta de representatividade das mulheres negras tanto no movimento feminista quanto no movimento negro.

A partir dessa base histórica, Gonçalves discute a invisibilidade das mulheres negras na educação de forma geral, com um foco particular na educação superior, onde essa invisibilidade se intensifica. A autora argumenta que a condição de invisibilidade das mulheres negras está diretamente relacionada ao lugar social que lhes é atribuído, o qual remonta ao legado escravocrata que historicamente as exclui da docência. Nesse modelo, as mulheres negras são relegadas a posições socialmente desvalorizadas e frequentemente expostas à violência sexual, uma dinâmica que, segundo a autora, é alimentada pelo patriarcado. Ela enfatiza que, no patriarcado, os homens ocupam uma posição privilegiada, com acesso ao corpo das mulheres.

A sexualização dos corpos das mulheres negras é, para Gonçalves, um dos principais fatores que contribui para sua exclusão da docência. No entanto, a limitação do artigo reside no fato de que a autora não desenvolve uma análise mais aprofundada de outros aspectos estruturais das universidades, como o processo seletivo dos concursos públicos ou o racismo institucional, que se manifestam por meio de práticas discriminatórias e preconceituosas. Embora ela mencione esses fatores, eles não são explorados de forma substancial.

Além disso, é importante destacar que a autora não aborda suficientemente como os processos de exclusão das mulheres negras se atualizaram no contexto do capitalismo contemporâneo. A escravização, por si só, não é a única responsável pelas desigualdades raciais nos quadros docentes universitários; há uma atualização desse processo no capitalismo, conforme argumentado por Quijano (2005).

A autora conclui o artigo refletindo sobre a exclusão das mulheres negras da educação superior e destacando a importância do movimento feminista negro na luta por visibilidade. Nesse sentido, Gonçalves adota os conceitos de “outsiders within” de Collins (2013), enfatizando a necessidade de romper com essa dinâmica de exclusão.

Na tese “Racismo e docência em universidades públicas: o caso da Universidade Federal da Bahia” de Edilene Santana dos Santos Silva busca analisar em termos teóricos as principais linhas teóricas e fases da desigualdade racial e também sobre o tema da escravidão no Brasil. Evidenciando o papel dos intelectuais na produção e manutenção das teorias sobre relações raciais no Brasil, ela inicia pelas teorias sócio-antropológicas, filiadas ao racismo científico do século XIX, e terminando no paradigma das desigualdades raciais, que é atualizado na tese do racismo como fenômeno anterior ao capitalismo e estruturador das relações econômicas, culturais e sociais no mundo e no Brasil. Ela buscou também abordar conceitualmente as categorias raça, racialização e racismo, que ainda levantam grandes polêmicas referente a utilização em pesquisas com temas que abordem as relações inter-raciais, identificação racial, desigualdade racial e racismo.

As fases identificadas pelas autoras coincidem com os achados desta pesquisa. A primeira fase seria caracterizada pelas produções de cunho antropológico-sociológica filiada ao racismo científico, que desenhava as tendências que seriam consideradas, negadas ou atualizadas pelos pesquisadores que abordam o tema nas fases seguintes, tal como analisado por Munanga (2004); a segunda, rompeu e deu continuidade a alguns aspectos desenvolvidos na primeira fase e construiu a perspectiva da Democracia Racial; a terceira, que analisa as relações raciais e as desigualdades raciais a partir das influências teóricas marxistas, buscando analisar a situação do negro na sociedade de classe analisada por Guimarães (2003); e a quarta que rompe com as análises anteriores, construindo assim o Paradigma das desigualdades raciais, que entende o racismo como determinante na estrutura de produção de desigualdades no Brasil, esta fase é atualizada na produção de intelectuais negros que indicam o racismo como um fenômeno pré-capitalista e estruturador das relações econômicas, sociais e culturais no Brasil e no mundo e foi identificada tanto por Munanga (2004), Guimarães (2003) e González (2020).

Edilene Silva em sua pesquisa teve como objetivo analisar as relações mediadas pela identificação racial entre os docentes da Universidade Federal da Bahia. Para isso ela realizou uma revisão de literatura e fez um levantamento sobre a composição racial do corpo docente da UFBA, ela também buscou entender como se caracteriza a racialização e o racismo institucional nesta universidade. Suas entrevistas foram realizadas em três áreas de conhecimento: Área I, Área II e Área IV²⁷, com quatro mulheres, duas pretas, uma parda e uma branca e seis homens, dois brancos, um preto e três pardos. A autora demonstra, a partir das análises de dados, que os docentes pretos representam 7% dos docentes da UFBA. Com relação à identificação racial ela vai apontar como os

²⁷ Área I - Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia; Área II - Ciências Biológicas e Profissões da Saúde; Área III - Filosofia e Ciências Humanas; Área IV – Letras; Área V – Artes e os Bacharelados Interdisciplinares e Tecnólogos. Fonte: supac.ufba.br. Acesso em 14/04/2023.

docentes lidam com suas características associando sua negritude com vivências de preconceito, empobrecimento, baixa autoestima, mas também resistência, luta e representatividade. Para os pardos, a sua identificação racial, não foi um problema na maior parte das suas trajetórias. Ela considera que a categoria pardo para sua pesquisa se mostrou bastante complexa, pois dependendo das suas características fenotípicas eles passariam invisíveis aos obstáculos raciais fazendo parte das camadas intermediárias da hierarquia social brasileira criando uma espécie de cortina de fumaça para questões raciais mais complexas. Além disso, eles tendem a associar processos discriminatórios às questões de classe (E. SILVA, 2019).

Identificou-se que o racismo se expressa não de forma direta por meio de ofensas ou rejeições abertas, mas por meio do isolamento nos quadros docentes. Institucionalmente o racismo se expressa por meio da burocracia, “pelo discurso emitido pela cor das bancas de concurso, pela composição racial branca dos departamentos ou cursos mais valorizados socialmente, pela preferência por docentes sulistas ou estrangeiros brancos e pela invisibilização do trabalho docente negro” (E. SILVA, 2019)

Ao ocuparem cargos administrativos os docentes sentiram dificuldades de lidar com os funcionários, falta de rede de apoio, no sentido de quebra do monopólio racial das esferas de comando, relataram sobrecarga de trabalho e de demandas dos discentes com relação a uma maior representatividade na sua experiência universitária. Dentre as mulheres a identificação racial prevalece em relação às de gênero. Na ausência de homens brancos em espaços de poder, as mulheres brancas se articulam na operacionalização e manutenção de privilégios.

Os relatos dos docentes pretos participantes desta pesquisa indicaram, como o racismo institucional pode assumir formas de antirracismo, mas, na prática, reforçam o monopólio e se assemelha a postura da maioria dos abolicionistas brancos de outrora, que não estavam comprometidos de fato com a emancipação negra (SILVA, 2019).

Na dissertação de Erika Costa Silva de 2019 com título “Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): estratégias e resistências”, ela buscou compreender como as mulheres negras conseguiram romper com obstáculos de gênero, raça e classe e outros, e tornaram-se docentes na UnB ela buscou analisar as trajetórias de formação profissional e de acesso ao cargo de docente na UnB a partir dos elementos e situações específicos identificando quais os obstáculos/resistências que foram enfrentados no processo de formação profissional e no cotidiano como docente universitária, além de quais as estratégias de resistências vencidas ou a vencer, em relação a permanência na carreira como docente universitária. Através de entrevistas realizadas no período de dezembro de 2018 a abril de 2019, a autora apresentou os seguintes resultados: as docentes

negras na instituição correspondem a (7%) do total, ou seja, há a sub-representação na participação de mulheres negras no quadro docente da universidade. A participação das mulheres negras na docência na UnB encontra-se principalmente na área de conhecimento das Ciências da Saúde (4%), Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, respectivamente (3%) e Linguística Letras e Artes (menos de 1%) (E.C.SILVA, 2019).

A desigualdade racial persiste no quadro profissional das instituições, e para as mulheres negras ascenderem socialmente e profissionalmente, elas enfrentam barreiras estruturais, tanto de ordem econômica quanto relacionadas ao imaginário social e simbólico que as inferioriza, por meio do racismo e do sexismo. A autora destaca que esses elementos presentes nas relações sociais configuram obstáculos significativos ao processo de formação profissional e ao acesso a cargos docentes. Ela aponta que os modelos idealizados acerca da mulher negra e do cientista, aliados às opressões de gênero, raça, classe e geração, geram práticas discriminatórias que impactam diretamente a vida das mulheres negras. Além disso, a autora aborda as expectativas familiares, que, ao mesmo tempo em que fomentam resistências, representam também uma pressão adicional sobre essas mulheres. “É importante destacar que o grau de sofrimento que a busca por legitimidade e reconhecimento enquanto profissionais excelentes pode ocasionar às mulheres negras na ciência, em um cenário institucional que questiona sua capacidade e qualidade profissional” (E.C. SILVA, 2019). A influência do racismo, para algumas dessas mulheres, resultou em problemas de saúde e traumas que afetam a saúde mental. Além disso, a conciliação entre vida profissional e vida pessoal se apresenta como um desafio, especialmente para aquelas que são casadas e mães. Para aquelas que almejam ser mães, a preocupação com a organização entre essas duas esferas — a pública e a privada — também se destaca como uma questão importante (E.C. SILVA, 2019).

A dissertação de Yuri Santos de Brito. “‘Professora, que bom que você tá aqui’: trajetórias e identidades de docentes de Direito da UFBA, UnB e USP no contexto pós-cotas. 2019”, sob orientação de Paula Barreto. Brito (2019) afirma em sua pesquisa que a questão racial se torna uma peça-chave para pensar a realidade brasileira que é objeto de seguidas reflexões nas mais diversas áreas do conhecimento e também, da universidade brasileira, mantendo-se como um tema de destaque até o presente, a despeito das diferentes correntes, tradições ou ondas teóricas que se sucedem no tempo. O autor afirma que isto impede qualquer afirmação sobre se as informações oferecidas pelos sujeitos entrevistados em sua pesquisa são produto da influência das concepções sobre a questão racial produzidas no meio acadêmico brasileiro, ou seja, elas são parte do mesmo contexto de mentalidades que produziu essas concepções teóricas. “Fato é que, muitas vezes, as concepções dos docentes espelham esta ou aquela aceção acerca da questão racial brasileira”.

Em sua pesquisa Brito (2019), para além de pedir uma avaliação desinteressada e equidistante da temática racial, buscou obter percepções sobre o tema que são emergentes das próprias identidades e relações dos sujeitos entrevistados. Em sua pesquisa a temática de gênero que não era algo com maior peso foi ganhando mais centralidade a partir dos relatos das pessoas entrevistadas. As conclusões desta pesquisa oferecem uma análise abrangente de como raça, gênero e tradições institucionais impactam as identidades dos membros do corpo docente de direito e suas percepções sobre políticas de ação afirmativa em três das principais universidades do Brasil: UFBA, UnB e USP. Uma descoberta central é a dissonância entre como os professores, particularmente os homens brancos, percebem seu sucesso e como eles se envolvem com as desigualdades presentes na sociedade. Muitos professores em todas as três instituições atribuem suas realizações profissionais ao mérito individual, em vez de reconhecer fatores estruturais como raça, classe e gênero. Isso reflete uma crença social mais ampla na meritocracia, que pode obscurecer os impactos da discriminação social.

A pesquisa identifica resistência significativa à ação afirmativa entre os professores, especialmente os membros brancos do corpo docente do sexo masculino. Muitos professores relutam em examinar criticamente como as desigualdades raciais e de gênero moldaram suas próprias trajetórias, e alguns rejeitam a necessidade de tais políticas. O estudo observa que, mesmo após a implementação da ação afirmativa, as disparidades raciais e de gênero em como os professores percebem o ambiente acadêmico persistem, reforçando as barreiras para membros negros e mulheres do corpo docente. A pesquisa também destaca diferenças em como as políticas de ação afirmativa são adotadas e percebidas na UFBA, UnB e USP. A USP, com seu tradicionalismo profundamente enraizado e prestígio histórico, foi uma das últimas instituições a adotar a ação afirmativa. Em contraste, a UnB teve uma postura mais progressista desde o início. Apesar da resistência geral, a dissertação observa o surgimento de um grupo de professores brancos que se envolvem em reflexões críticas sobre seus privilégios raciais e de gênero.

Esses indivíduos reconhecem as vantagens inerentes que possuem devido à sua raça e gênero e se esforçam para confrontar essas desigualdades em espaços acadêmicos. Isso reflete uma consciência crescente, embora limitada, da importância de reconhecer e abordar o privilégio dentro da faculdade de direito. A dissertação conclui situando essas descobertas dentro do contexto mais amplo da academia brasileira. A persistência de ideologias meritocráticas, combinada com a resistência à ação afirmativa, ressalta o desafio de transformar culturas institucionais profundamente arraigadas. O estudo destaca que, embora as políticas de ação afirmativa tenham feito progressos no aumento da diversidade dentro dos corpos estudantis, seu impacto no nível docente permanece limitado, com desigualdades sistêmicas ainda em grande parte não abordadas. A dissertação fornece uma análise completa das complexidades que envolvem raça, gênero e ação afirmativa nas principais

faculdades de direito do Brasil. Ela ressalta a necessidade de maior engajamento crítico com essas questões tanto em níveis institucionais quanto individuais, particularmente entre os membros do corpo docente que detêm poder significativo na formação da cultura acadêmica. Embora a ação afirmativa tenha pavimentado o caminho para uma demografia estudantil mais inclusiva, o estudo conclui que mais progresso é necessário para desafiar e dismantelar as estruturas tradicionais que continuam a marginalizar os negros.

O artigo “A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019” dos autores Paula Barreto, Flávia Rios, Paulo Neves, orientou a estruturação da metodologia. Ao analisar as produções no campo das relações etno-raciais, os autores consideram que o aumento contínuo da produção, no período de 1993 a 2013, maior que o aumento verificado na produção total do campo das ciências sociais; a diversificação temática dessa produção, com ampliação do leque temático, e destaque para temas como violência, gênero e política representativa (Campos; Lima; Gomes, 2018; Campos; Gomes, 2016; Artes; Mena-Chalco, 2017 apud BARRETO; RIOS; NEVES, 2021). Os autores destacam que houve um intenso crescimento da quantidade de publicações nesse período de cinco anos no campo de estudos das relações raciais, uma vez que nos 20 anos anteriores o total de publicações foi de 266 (4,7% do total geral).

Os autores destacam a importância das políticas de ações afirmativas, do aumento dos cursos nas áreas de ciências humanas e sociais, na diversificação de temas nas áreas de relações étnico raciais e também a ampliação dos pesquisadores em eventos da área, bem como a consolidação de espaços de publicação em eventos como a ANPOCS e a SBS. Pode-se afirmar que, sobretudo nos últimos 25 anos, há um acúmulo de conhecimento científico considerável, merecendo destaque na produção acadêmica recente, especialmente a abordagem interseccional que se apresenta como tema de interesse acadêmico nos âmbitos nacional e internacional (BARRETO; RIOS; NEVES, 2021).

A tese de Wellington Pereira “Uma etnografia sobre as trajetórias de professoras negras na Universidade Federal da Bahia” sob orientação de Dyane Brito Santos esta pesquisa investiga as trajetórias de professoras negras na Universidade Federal da Bahia (UFBA), analisando suas práticas pedagógicas, resistências ao racismo e contribuições para a construção de um feminismo negro acadêmico. O objetivo central é compreender como essas docentes subvertem estruturas racistas e sexistas no ambiente universitário, influenciando escolhas temáticas, abordagens de pesquisa e a formação crítica de estudantes, sobretudo negros. A metodologia combina abordagens qualitativas (entrevistas semiestruturadas e observação participante entre 2018-2019) e quantitativas (análise de currículos Lattes e dados do Censo da Educação Superior), destacando narrativas biográficas e a produção acadêmica das interlocutoras.

Ancorado no feminismo negro decolonial, o estudo dialoga com teóricas como Angela Figueiredo, bell hooks e Conceição Evaristo, enfatizando conceitos como interseccionalidade,

memória coletiva e epistemologias insurgentes. As professoras entrevistadas, majoritariamente oriundas de contextos periféricos, revelam estratégias pedagógicas que incluem a valorização de autores negros, a crítica às hierarquias raciais e a promoção de consciência crítica entre estudantes.

Destaca-se ainda a criação de redes de apoio e a articulação com movimentos sociais, como o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras. Os resultados apontam que, apesar de enfrentarem racismo institucional e estereótipos, essas docentes transformam salas de aula em espaços de resistência, integrando temas como gênero, raça e decolonialidade aos currículos. Contudo, o trabalho identifica lacunas, como a escassez de dados desagregados sobre mulheres negras no ensino superior e a necessidade de ampliar pesquisas sobre suas trajetórias pós-ingresso na carreira docente. A tese conclui destacando a urgência de políticas que ampliem a representatividade negra nas universidades e reconheçam o feminismo negro acadêmico como campo legítimo de produção de conhecimento, capaz de desafiar hegemonias eurocêntricas e fomentar equidade no ambiente universitário.

O artigo “Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes”²⁸ de Joselina Silva e Maria Simone Euclides contribui com a análise dessa pesquisa ao analisar as trajetórias das autoras e de outras docentes negras no que se refere à experiência delas ante o racismo e ao sexismo que atravessam seus percursos enquanto docentes do ensino superior, esta pesquisa utilizou entrevistas semi estruturadas e contempla docentes do Rio de Janeiro e Ceará. Elas utilizam diários de campo e gravações como fonte de dados. Foram analisados também os seguintes artigos. Silva; Euclides (2022) examinam suas trajetórias como discentes e docentes, destacando a importância da prática educativa que problematiza questões étnico-raciais e de gênero.

Os resultados do artigo apontam para a importância da visibilidade e valorização das experiências de mulheres negras na academia. As autoras ressaltam que suas práticas docentes e intervenções em cursos de Licenciatura em Educação do Campo são estratégias para desafiar a invisibilidade e o não lugar de mulheres negras em espaços acadêmicos. Elas também enfatizam a necessidade de desconstruir o imaginário social que marginaliza estas vozes e suas contribuições para o campo educacional. A pesquisa, segundo a autora, não dá conta de mapear todos os sacrifícios, as rupturas realizadas em cada trajetória. As nuances relatadas pelas professoras negras fazem parte de uma discussão de um contexto maior onde cotidianamente se enfrentam situações de racismo e sexismo, para além da posição que ocupam. Identificou-se que o fato de estarem em uma determinada posição no mercado de trabalho, não as isenta de sofrer pelas mesmas ações vivenciadas pela maioria de mulheres negras que vivem na invisibilidade.

²⁸SIMONE EUCLIDES, M.; SILVA, J. da. DIALOGANDO AUTOETNOGRAFIAS NEGRAS: INTERSECÇÕES DE VOZES, SABERES E PRÁTICAS DOCENTES. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 15, n. 32, p. 33-52, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i32.5042. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5042>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Dentre os principais desafios encontrados na esfera profissional, tem-se a expressiva constatação por todas as entrevistadas de que “o racismo continua a existir mesmo que tenha uma ascensão social. Ascensão social não protege contra o racismo” (Luiza Mahin, 2015 apud Euclides, 2022). Ao evidenciar que a persistência do racismo sobressai, mesmo diante do título de doutoras e da situação de professoras em universidades públicas, Euclides (2022) ressalta que não se trata de questão de classe somente, mas da “prevalência dos discursos com base em critérios fenotípicos, explicitando em definitivo que, a questão racial ainda é e vai levar um bom tempo para deixar de ser uma questão tão emblemática”.

A pesquisa evidenciou através das entrevistas, que o racismo se sobressai principalmente na ideia do “não lugar”, ou o lugar que não é o de direito para mulheres negras e, com isso, o desmerecimento da intelectualidade negra e feminina, por meio de falas preconceituosas dos colegas, a convivência em um clima de prestação de contas ou de justificativas quanto ao trabalho que desenvolvem, e desconfiança em outros espaços sociais quanto a sua capacidade e possibilidade de ocupar esse lugar de professora universitária .

A pesquisa aborda também a criação de espaços de resistências individuais e coletivas, que se refletem na tomada de atitudes concretas no enfrentamento das possíveis hierarquias presentes no cotidiano. Os resultados apontam que dentro das suas possibilidades e realidades, as docentes lançam mão de dispositivos diversos para o enfrentamento do racismo de modo a não se intimidarem, reafirmando cotidianamente a sua inserção no universo científico, quer seja, na militância dentro da sala de aula, quer seja na discussão em seus respectivos grupos de estudos e pesquisas.

Na tese “Trajetórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense”, Gyne Gessyka Pereira dos Santos (2022) propõe uma análise das trajetórias acadêmicas das docentes negras que atuam nos cursos de graduação da UFF. O objetivo da pesquisa é visibilizar essas mulheres que, pela simples existência, transgridem o status quo acadêmico e resistem às barreiras impostas. A pesquisa investiga a presença de docentes negras nos cursos de graduação da UFF, segmentando-as por áreas de conhecimento, conforme a classificação do CNPQ. Gessyka busca compreender as trajetórias dessas docentes, os fatores que as impulsionaram a se inserir na docência e na pesquisa, e como a presença delas se distribui nas diferentes áreas.

A pesquisa também aborda a influência dos fatores raça, classe e gênero nas trajetórias dessas mulheres, investigando a existência ou não de hierarquias sociais e como esses marcadores impactam suas trajetórias. Para realizar a análise, a autora utilizou o banco de dados da própria universidade, fez uma análise dos currículos Lattes das docentes e aplicou questionários. Os resultados indicam uma presença minoritária de docentes negras na UFF e revelam a influência do racismo e do sexismo, evidenciando episódios de discriminação e a persistente sub-representação dessas docentes no quadro acadêmico.

Pensando na história da ciência e no destaque que foi dado historicamente à produção dos homens em detrimento da produção feita por mulheres, além da restrição de acesso aos níveis educacionais imposto às mulheres historicamente bem como às mulheres negras nos permite inferir que há influência do gênero enquanto categoria que impõe desigualdades na trajetória das mulheres. Ampliando a discussão para considerar a influência da raça e do racismo nessa trajetória pode-se perceber que há uma intersecção de opressões determinadas pelos atravessamentos provocados por esses marcadores sociais de diferença e desigualdade na vida das docentes negras. Na prática esses marcadores influenciam em suas trajetórias inicialmente por meio da sub representação em espaços acadêmicos, seja por não alcançarem os patamares de exigências necessárias para alcançar esses postos de trabalho (Exemplo: possuir graduação, mestrado, doutorado, publicações de artigos, etc) , e posterior ao ingresso no universo acadêmico por meio de relações sociais que se estabelecem dentro da universidade permeadas por questionamento de sua capacidade profissional, ausência de apoio no desenvolvimento de atividades de gestão, isolamento profissional etc.

Ao relacionar os dados apresentados que demonstram uma sub-representação de docentes negras na universidade e a teoria que trata do patriarcado sexista e racista que vigora na sociedade ocidental atual, nos permite refletir que práticas influenciadas por esta lógica social estão presentes também no ambiente acadêmico e influenciando o comportamento dos indivíduos de tal forma que a trajetória de docentes negras está intimamente marcada pela influência das categorias de raça e do gênero. Essa influência é percebida não só na dificuldade de ingresso nas cátedras acadêmicas, mas também na não inclusão de autoras negras no currículo acadêmico, no apagamento das suas produções e participação na produção de conhecimento. As pesquisas analisaram a baixa representação de mulheres negras por meios de dados e percentuais de presença nos quadros docentes das instituições, analisou as temáticas de pesquisa dos docentes e currículos dos cursos identificando a ausência tanto da temática racial em currículos de professores não negros como ausência de autores e autoras negros e negras em suas bases de referência.

Os artigos analisados concluíram que a ausência de acadêmicos negros – e aqui nos referimos às doutoras – de forma tão explicitamente díspar que é uma consequência da conjunção de dois fatores – que sobre elas incidem – largamente imiscuídos na sociedade, referimo-nos ao sexismo e ao racismo. Ambos atuam como ferramenta de exclusão social. O fato de ascenderem socialmente não as separa ou as protege de situações conflituosas quanto à raça, gênero e classe (SILVA, 2010).

Quanto ao caráter político da presença e atuação de mulheres negras nos espaços universitários, o fato de “ascender” e se tornar uma professora universitária não as torna distantes do coletivo ou o desconhecimento das relações conflituosas de raça, sexo e classe. Pelo contrário, a ascensão as leva a estabelecer cada vez mais elos de aproximação diante de investigações do porquê tais questões ainda não foram solucionadas. Atuam, ao mesmo tempo, na procura por estratégias de fortalecimento e enfrentamento. Assim, muito mais do que integrar um ethos já consolidado, quando passam a fazer parte do corpo docente de uma instituição pública de ensino superior,

elas priorizam a busca pelo respeito e a criação de um conhecimento prático e politicamente engajado com as adversidades de seu povo, de sua historicidade. Dessa forma, desmistificam discursos ainda embutidos na lógica da democracia racial. Elaboram estratégias de potencializar e incentivar a participação de estudantes negros e negras em seus respectivos espaços de atuação. Seguimos sendo poucas, nos espaços acadêmicos institucionais, por esse motivo, somos protagonistas importantes na propulsão de demais sujeitos negros/negras (SILVA; EUCLIDES, 2018).

A tabela apresentada abaixo buscou identificar as metodologias utilizadas pelas pesquisas e classifica por ordem de incidência das mais utilizadas até às menos utilizadas.

Metodologias	Quant	%	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1 Análise documental	13	93%	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
2 Revisão crítica	12	86%	x		x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x
3 Análise de discurso	10	71%	x	x	x	x	x	x	x		x	x				x
4 Biografia	9	64%	x	x	x	x	x	x	x		x	x				
5 Estudo de caso	9	64%		x	x		x	x	x	x		x	x	x		
6 Pesquisa participante	9	64%	x		x	x	x	x	x	x	x	x				
7 Censo quantitativo	7	50%	x		x	x			x				x	x	x	
8 Estatística descritiva	7	50%	x		x	x				x			x	x	x	
9 análise histórica	5	36%			x	x								x	x	x
10 Censo qualitativa	5	36%					x	x	x	x						x
11 Análise de interseccional	4	29%								x		x		x	x	
12 Revisão Sistemática	2	14%								x						x

fonte: produção própria

Ao analisar as palavras chaves mais recorrentes nas pesquisas resultaram na tabela abaixo. O racismo institucional foi a categorias que mais foi utilizada aparecendo em todos os estudos analisados, este resultado tem relação direta com os objetos de análise uma vez que se centram no contexto das instituições de ensino superior. Além disso, a exclusão estrutural apareceu em 13 dos 14 estudos analisados, esse termo abrange o processo de exclusão gerado pelo racismo, a militância surge como estratégia de resistência das docentes que foi identificado em 12 estudos analisados. A interseccionalidade é uma categoria que aparece ainda que de forma implícita nas análises não hierarquizadas da influência do gênero, da raça e da classe na trajetória das docentes.

Conceitos-Chave		Quant	%	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
1	Racismo Institucional	14	100%	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2	Exclusão Estrutural	13	93%	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
3	Existência Política / Militancia	12	86%		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4	Interseccionalidade	12	86%	x	x	x	x		x	x	x	x		x	x	x	x	x
5	Representatividade	12	86%	X	x	x	x		x	x	x		x	x	x	x	x	x
6	Sobrevivência Acadêmica	11	79%	X	x	x		x	x		x	x	x	x	x	x		
7	Produção Intelectual	9	64%	X	x	x			x	x	x	x	x		x			
8	Autoimagem Docente	8	57%	x	x	x		x	x			x	x		x			
9	Resistência	8	57%		x	x		x		x		x	x	x			x	
10	Invisibilidade	6	43%	x	x						x		x	x			x	
11	Ascensão Profissional	4	29%			x		x	x	x								
12	Desigualdades De Gênero E Raça	5	36%	x	x	x				x	x							
13	Permanência	3	21%	x	x			x										
14	Políticas Públicas	3	21%	x							x							x
15	Relações Inter-Raciais	2	14%		x		x											
16	Sexismo	1	7%						x									

A trajetória de mulheres negras em instituições de ensino superior tem a marca da influência do racismo e do sexismo. O impulso criativo de influenciar na vida do estudantes seja por meio de suas pesquisas, seja pela participação em movimentos sociais, seja pelo apoio às trajetórias dos estudantes negros se propoe a influenciar novas carreiras docentes de pessoas negras.

As conclusões da pesquisa chamam atenção também, ainda que subjetivamente para o aumento de pessoas negras e conseqüentemente docentes possibilitadas pelo acesso às políticas de ações afirmativas que pode promover em certa medida a mudança nas temáticas e nos contextos de análise dos estudos realizados dentro dos espaços de ensino superior principalmente das universidades federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a composição da planilha de análise e a reunião de todos os estudos, realizou-se a análise de seus objetivos, metodologia, palavras-chave, campo teórico e principais resultados. A planilha contém uma série de estudos, incluindo teses, artigos e dissertações, com diferentes atributos, como objetivos, metodologias e resultados, que abordam a temática de racismo, feminismo negro e trajetórias de docentes negras. Ao analisar e comparar os principais elementos da planilha, identificou-se que os trabalhos são de diferentes anos, variando entre 2017 e 2022, com um aumento significativo nas publicações recentes sobre feminismo negro e racismo institucional.

O objetivo dos estudos é investigar as trajetórias acadêmicas e profissionais de docentes negras, explorar suas experiências de inclusão e exclusão nas universidades públicas e analisar as relações raciais nesses ambientes. A metodologia predominante é qualitativa, com algumas abordagens quantitativas em estudos como o de Wellington Santos (2022), que combina análise qualitativa e quantitativa. As técnicas incluem entrevistas, observação participante e análise de banco de dados. As palavras-chave e os campos teóricos abordam o feminismo negro, racismo estrutural e relações étnico-raciais. O período de análise varia entre os estudos; alguns definem recortes temporais específicos, como entre 2018 e 2019, enquanto outros não delineiam um período determinado. Os resultados destacam desafios como racismo institucional, desigualdade de gênero e as estratégias de resistência das docentes negras.

Embora os estudos variem em formato e metodologia, todos convergem para a temática das experiências de mulheres negras no ambiente acadêmico. As metodologias qualitativas permitem uma análise profunda dessas trajetórias, com foco em desafios como racismo e desigualdade de gênero. Fica evidente a partir dos estudos o papel preponderante das docentes negras em não só promover o debate acerca das relações étnico raciais dentro da universidade, mas também no sentido de criar estratégias de resistência que perpassa o engajamento em movimentos de esquerda e movimento negro, o apoio para além das funções inerentes ao cargo de docente aos estudantes negros, além das escolhas de pesquisa que terminam por ampliar ainda mais o campo de estudos das relações étnico raciais dentro da universidade.

Apesar da identificação da sub-representação de mulheres nas universidades, há uma lacuna nos estudos que tem mais relação com a ausência de dados por parte das instituições do que com a falta de esforço dos/das autoras para dar conta do quantitativo de docentes negras nas universidades. Essa lacuna deve-se ao fato de as universidades não adotarem a autodeclaração obrigatória em seus cadastros, bem como não disponibilizarem dados tratados e organizados aos pesquisadores. Um fator que complexifica essa discussão é a questão da autodeclaração, uma vez que professores lidos socialmente como brancos, por vezes, têm dificuldade de se posicionar em um lugar de privilégio,

omitindo sua autodeclaração. Além disso, a identificação de pessoas pardas é influenciada por características de status e privilégio, dificultando a autodeclaração, dependendo das características fenotípicas e da inserção social do(a) docente. Ou seja, devido à relação entre gênero, raça e características fenotípicas, há maior ou menor entendimento e facilidade na autodeclaração, o que complexifica a produção de dados estatísticos fidedignos sobre a presença de docentes negros e negras nas universidades.

Outra lacuna identificada é a ausência de uma análise mais aprofundada da influência das questões de gênero, como a responsabilidade pelo cuidado, que impacta diretamente no processo de dedicação exclusiva ao trabalho acadêmico por parte das docentes negras. Muitos estudos se concentram em compreender a influência da raça, utilizando o gênero apenas como categoria explicativa para as diferenças entre homens e mulheres, sem explorar as características ou implicações mais profundas do gênero na trajetória acadêmica das mulheres negras, incluindo sua relação com a raça. A lacuna, portanto, reside em compreender como as dimensões de gênero e raça – de forma não hierarquizada – influenciam a trajetória de docentes negras no ensino superior brasileiro.

Além disso, os estudos existentes não analisam as nuances, as renúncias e os desdobramentos pessoais da influência do racismo e sexismo nas trajetórias docentes negras. Estudos posteriores podem centrar sua análise nesse aspecto, buscando compreender a relação entre gênero, raça e dedicação exclusiva de docentes negras no ensino superior, e investigando os aspectos mais íntimos do esforço pessoal necessário para resistir aos processos de exclusão e violência simbólica, bem como para se equiparar a outros grupos, apesar das desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Paula Cristina da Silva. **Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior.** *Rev. Bras. Ciência. Polít.*, Brasília, n. 16, p. 39-64, Apr. 2015. Disp. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200039&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Oct. 2019.
- BARRETO, P. C. da S., RIOS, F., Neves, P. S. da C., & SANTOS, D. B. R. (2021). **A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019.** *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (94). Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/191>
- DE BRITO, Angela Ernestina Cardoso. *Professoras negras na Universidade Federal da Bahia-UFBA: cor, status e desempenho.* 2017.
- BRITO, Yuri Santos de. **“Professora, que bom que você tá aqui”:** trajetórias e identidades de docentes de Direito da UFBA, UnB e USP no contexto pós-cotas/ Yuri Santos de Brito. -- Brasília, 2019.
- CARVALHO, Marília Pinto de; SILVA, Viviane Angélica. **Ser docente negra na USP: gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente.** Dossiê: Relações Étnico-raciais, Gênero e Educação / Dossiê Temático. v. 8 n. 13 (2014). *Revista do programa de pós-graduação em educação Unisul*, 2014.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** - 1ed- SP: Boitempo, 2019
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** *Soc. estado.*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Apr. 2016. Disp. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Out. 2019.
- CHIZZOTTI, A. A Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 2003, 16(2), pp. 221-236 © 2003, CIED - Universidade do Minho
- DA SILVA, Joselina. **Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais.** *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, jun. 2010. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- _____; EUCLIDES, M. S.. **Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil).** *Educar em Revista*, v. 34, n. 70, p. 51–66, jul. 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raças, classes: desafios para o século XXI.** Prólogo. In *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas* / Margaret Maruani, org.: tradutora Dora Rocha. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 332 p.
- DO NASCIMENTO, Cleonice Ferreira. **Histórias de vida de professoras negras: trajetórias de sucesso.** 2012. universidade federal do mato grosso. dissertação (mestrado). 2012
- EUCLIDES Maria Simone. **Mulheres Negras, Doutoradas, Teóricas E Professoras Universitárias: Desafios E Conquistas.** 2017. 254f. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. 2017;
- SANTOS, Gyne Gessyka Pereira dos. **Trajetoórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense.** 2022. 127 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-

- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- SANTOS, Wellington Pereira. **Feminismo negro acadêmico: resistência e práticas insurgentes nas trajetórias de professoras negras universitárias** / Wellington Pereira Santos, 2022. 207 f.: il.
- SILVA, J. DA.; EUCLIDES, M. S.. **Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil)**. *Educar em Revista*, v. 34, n. 70, p. 51–66, jul. 2018.
- SILVA, EDILENE S. S. **Racismo e docência em Universidades públicas: o caso da Universidade Federal da Bahia** / Edilene Santana dos Santos Silva. – Salvador, 2019. 194 f.: il.
- SILVA, Érika Costa. **Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): estratégias e resistências**. 2019. 101 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Desigualdades raciais e de gênero na educação superior no Brasil** / Cláudia Monteiro Fernandes. – 2021.
- GONZALEZ, Lélia. **Cultura e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. In Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flávia Rios, Márcia Lima*. - 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra no Brasil**. In Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flávia Rios, Márcia Lima*. - 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONÇALVES, Renata. **A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior**. IN **Dossiê “Feminismos, gênero e sexualidade na Educação”**. Revista do programa de pós-graduação em educação da UNISUL. v. 12 n. 22 (2018)
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 – 62.
- HIRATA, Helena. **Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho**. *Confins* [Online], 26 | 2016, posto online no dia 22 fevereiro 2016, consultado o 09 agosto 2019. URL : <http://journals.openedition.org/confins/10754> ; DOI : 10.4000/confins.10754
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. *Tempo Social* [online]. 2014, v. 26, n. 1 [Acessado 12 Janeiro 2022] , pp. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>.
- NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th Women’s Word Congress, 2017, Florianópolis. Anais [...].
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei e PASSOS, Rachel Gouveia. **A Divisão Sociossexual E Racial Do Trabalho No Cenário De Epidemia Do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti**. *Caderno CRH* [online]. 2020, v. 33 [Acessado 13 Janeiro 2022] , e020029. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>>. Epub 08 Jan 2021. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>.
- SILVA, Edilene Santana dos Santos. **Racismo e docência em Universidades públicas: o caso da Universidade Federal da Bahia** / Edilene Santana dos Santos Silva. – Salvador, 2019.
- SOTERO, Edilza Correia. **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo**. In *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]*. Brasília: Ipea, 2013.

SULAMITA ROSA DA SILVA **Trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC/Campus Rio Branco** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, pela Universidade Federal do Acre, Campus Rio Branco. 2019

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** *Cadernos PENESB* (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. **Como trabalhar com “raça” em sociologia.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 29(01) 93-108, 2003.

FRASER, N. **Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista.** In: SOUZA, J. (ORG.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.* Brasília, UnB, 2001, p. 245-282.

HARAWAY, D. **"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra.** *Cad. Pagu*, Campinas, n. 22, jun. 2004.

HOOKS, B. **Intelectuais negras.** *Estudos Feministas*, Vol. 3, No.2, 1995, p. 465-477.

GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. **Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação.** *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: 11 dez. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO.** *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 11 dez. 2023.